

# Indústria Brasileira

Revista da Confederação Nacional da Indústria ► Ano 5 nº 49

*outubro 20*

## Esta é a hora das ações anticíclicas

CNI apresenta novas sugestões de medidas econômicas para evitar que a crise se agrave ainda mais

**MOURÃO** ► Vice-presidente fala sobre o desenvolvimento da Amazônia  
**FNDCT** ► Projeto pode assegurar mais recursos para ciência e tecnologia  
**SISTEMA S** ► O papel do SESI e do SENAI na economia brasileira



# A MELHOR MANEIRA DE GARANTIR O FUTURO É FAZÊ-LO ACONTECER NO PRESENTE.

Para ser um profissional do futuro e fazer parte de uma indústria cada vez mais forte, competitiva e inovadora, é preciso sempre estar um passo à frente. Com o apoio do Sesi, por meio da educação básica de excelência, da gestão da segurança e saúde no trabalho (SST) e da promoção da saúde, e do Senai, por meio da educação profissional de qualidade e da prestação de serviços tecnológicos e inovadores, isso é possível. O Sesi e o Senai juntos têm um papel fundamental na transformação de alunos ainda mais qualificados em futuros trabalhadores da indústria. É bom para todos. É bom para você.

**O Sesi e o Senai estão construindo  
hoje o futuro do trabalho.**

**#pelofuturodotrabalho  
#ofuturodatrabalho**

Saiba mais em [www.sempresesisenai.com.br](http://www.sempresesisenai.com.br)

f /SESINacional y /sesi in /sesi-nacional

f /senainacional t /senainacional

@ /senainacional y /senabr in /senai-nacional



**PELO FUTURO DO TRABALHO**

# Carta às leitoras e aos leitores

O tsunami econômico que resultou da chegada da pandemia de Covid-19 ao Brasil continua a produzir efeitos. O desemprego tem registrado recordes sucessivos, superando já os 14% da força de trabalho, ou 13,7 milhões de pessoas. A redução no número de vagas tem razão de ser. A economia brasileira vai encolher significativamente em 2020. As estimativas de diminuição do Produto Interno Bruto (PIB) neste ano são de aproximadamente 4%.

A inversão desse movimento recessivo depende, essencialmente, de medidas anticíclicas governamentais, porque o enfrentamento à pandemia não se esgotará em 2020 e a economia precisa preservar sua vitalidade. Países como Espanha, Reino Unido e Canadá já estão vivendo a segunda onda da doença, marcada por um número até maior de casos confirmados, menos mortes, mas ainda assim com impactos sobre a economia, que segue funcionando em marcha lenta.

A reportagem de capa desta edição apresenta as medidas que a Confederação Nacional da Indústria (CNI) já propôs ao governo para remediar os efeitos do novo coronavírus na produção e indica os resultados já obtidos nas ações que foram adotadas até aqui. Medidas nas áreas trabalhistas e de tributação foram especialmente bem-sucedidas, mas os problemas de fluxo de caixa continuam sendo graves, conforme relato de empresários.

A revista *Indústria Brasileira* também traz uma entrevista exclusiva com o vice-presidente Hamilton Mourão, um dos maiores protagonistas do debate contemporâneo sobre a Amazônia, sua preservação e seu desenvolvimento. Presidente do Conselho Nacional da Amazônia Legal, Mourão acredita que a indústria terá um papel fundamental na exploração sustentável da biodiversidade da região, que, segundo ele, precisa cuidar da inclusão social das comunidades locais.

Esta edição também destaca a importância da ampliação do Programa de Financiamento às Exportações (Proex), relata a tramitação legislativa do projeto de lei que dá estabilidade orçamentária ao Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) e reúne dados sobre o papel do Sistema Indústria no desenvolvimento econômico e tecnológico do país.

Por fim, a partir deste número, a revista *Indústria Brasileira* também registrará depoimentos de empresas que utilizaram recursos ou a assessoria da CNI, do Instituto Euvaldo Lodi (IEL), do Serviço Social da Indústria (SESI) ou do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI). A coluna *Pode contar* trará, a cada edição, relatos sobre o impacto real das atividades dessas duas instituições na vida das empresas.

Boa leitura e, enquanto durar a pandemia, se proteja e proteja as pessoas próximas a você!



## Conheça o Sistema Indústria

### CNI

facebook ▶ [cni brasil](#)  
flickr ▶ [cni web](#)  
instagram ▶ [cni br](#)  
twitter.com ▶ [cni\\_br](#)  
linkedin ▶ [cni-brasil](#)  
youtube ▶ [cni web](#)

### SESI

facebook ▶ [SESI Nacional](#)  
youtube ▶ [sesi](#)  
linkedin ▶ [sesi-nacional](#)

### SENAI

facebook ▶ [senainacional](#)  
instagram ▶ [senai\\_nacional](#)  
twitter ▶ [senainacional](#)  
youtube ▶ [senai br](#)  
linkedin ▶ [senai-nacional](#)

### IEL

facebook ▶ [IEL br](#)  
instagram ▶ [iel br](#)  
twitter ▶ [iel\\_br](#)  
linkedin ▶ [iel-nacional](#)

# sumário

edição nº 49 outubro 2020

## 6 ARTIGO DO PRESIDENTE

### 8 REPORTAGEM DE CAPA

As medidas propostas pela CNI para reduzir os efeitos da crise sobre o setor produtivo e a economia brasileira

### 16 INFOGRAFIA

Conheça os resultados práticos das ações sugeridas pela indústria e já adotadas pelo setor público

### 18 RELATOS

Donos e executivos de empresas de médio porte contam como tem sido o enfrentamento aos impactos da pandemia sobre seus negócios

### 22 BALEIA ROSSI

Autor da PEC 45, deputado do MDB de São Paulo diz que parlamentares estão convencidos de que a reforma tributária é inadiável

## 24 INDÚSTRIA EM AÇÃO

SESI lança treinamento grátis de biossegurança para empresas

## 26 COMPETITIVIDADE

Entenda as razões pelas quais é tão importante a ampliação do Programa de Financiamento às Exportações (PROEX)

## 30 FNDCT

Aprovado no Senado, projeto de lei que dá segurança orçamentária a fundo para inovação e tecnologia será avaliado agora na Câmara dos Deputados

## 34 ENTREVISTA

O vice-presidente Hamilton Mourão defende ações imediatas para aumentar a inclusão social de comunidades da região amazônica

## 36 TERMÔMETRO

Estudo da CNI sobre competitividade mostra que o Brasil continua no 17º lugar, entre 18 economias analisadas

## 38 ESTUDOS

*Indicadores Industriais* revelam que faturamento do setor voltou a níveis pré-pandemia, com recuperação de 38% entre abril e agosto

## 40 GIRO BRASIL

Federação do Amazonas discute futuro da Zona Franca e as oportunidades com a bioeconomia

## 42 CONTRIBUIÇÃO

SESI e SENAI têm papel importante no desenvolvimento do país nas áreas de educação, inovação e saúde e segurança do trabalho

## 45 PODE CONTAR

Presidente do Grupo Serpa, Tânia Reis relata como o Fórum de Empresas Transnacionais (FET) da CNI aumentou a visibilidade internacional da companhia

## 46 OUTRA VISÃO

Mozart Neves Ramos, membro do Conselho Nacional de Educação (CNE), analisa os últimos dados da avaliação do ensino médio

### *Revista Indústria Brasileira*

Publicação Mensal da Confederação Nacional da Indústria - CNI  
www.cni.org.br

### *Confederação Nacional da Indústria – CNI*

#### ► DIRETORIA

##### PRESIDENTE

Robson Braga de Andrade

##### VICE-PRESIDENTES EXECUTIVOS

Paulo Antonio Skaf; Antonio Carlos da Silva; Francisco de Assis Benevides Gadelha; Paulo Afonso Ferreira; Glauco José Côrte.

##### VICE-PRESIDENTES

Sergio Marcolino Longen; Eduardo Eugenio Gouvêa Vieira; Antonio Ricardo Alvarez Alban; Gilberto Porcello Petry; Olavo Machado Júnior; Jandir José Milan; Eduardo Prado de Oliveira; José Conrado Azevedo Santos; Jorge Alberto Vieira Studart Gomes; Edson Luiz Campagnolo; Leonardo Souza Rogerio de Castro; Edilson Baldez das Neves.

##### 1º DIRETOR FINANCEIRO

Jorge Wicks Côrte Real

##### 2º DIRETOR FINANCEIRO

José Carlos Lyra de Andrade

##### 3º DIRETOR FINANCEIRO

Alexandre Herculano Coelho de Souza Furlan

##### 1º DIRETOR SECRETÁRIO

Amaro Sales de Araújo

##### 2º DIRETOR SECRETÁRIO

Antonio José de Moraes Souza Filho

##### 3º DIRETOR SECRETÁRIO

Marcelo Thomé da Silva de Almeida

##### DIRETORES

Roberto Magno Martins Pires; Ricardo Essinger; Marcos Guerra; Carlos Mariani Bittencourt; Pedro Alves de Oliveira; Rivaldo Fernandes Neves; José Adriano Ribeiro da Silva; Jamal Jorge Bittar; Roberto Cavalcanti Ribeiro; Gustavo Pinto Coelho de Oliveira; Julio Augusto Miranda Filho; José Henrique Nunes Barreto; Nelson Azevedo dos Santos; Flávio José Cavalcanti de Azevedo; Fernando Cirino Gurgel.

#### ► CONSELHO FISCAL

##### MEMBROS TITULARES

João Oliveira de Albuquerque; José da Silva Nogueira Filho; Irineu Milanesi.

##### MEMBROS SUPLENTE

Clerlânio Fernandes de Holanda; Francisco de Sales Alencar; Célio Batista Alves.

##### DIRETORIA DE COMUNICAÇÃO

Ana Maria Curado

### *Superintendência de Jornalismo CNI/SESI/SENAI/IEL*

##### SUPERINTENDENTE

José Edward Lima

##### GERENTE-EXECUTIVO DE JORNALISMO

Rodrigo Caetano

##### GERENTE-EXECUTIVA DE MÍDIAS SOCIAIS

Mariana Flores

### *Desenvolvimento e Produção*

#### ► FSB COMUNICAÇÃO

##### CONSULTOR EDITORIAL

Wladimir Gramacho

##### JORNALISTA RESPONSÁVEL

Rachel Mello (DF 3877/95)

##### REPORTAGEM

Vivaldo de Sousa, Aerton Guimarães, Ana Flávia Flôres e Marina Simon.

##### PROJETO EDITORIAL

Guto Rodrigues

##### REVISÃO DE TEXTO

Renata Portella

##### CAPA

João Pedro Rodrigues

##### *Informações técnicas:*

tel (61) 3317-9472  
fax (61) 3317-9456  
revistacni@cni.org.br  
Autorizada a reprodução desde que citada a fonte.

# O enorme desafio de impulsionar a economia



► **Robson Braga de Andrade**

empresário e presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI)

Vários indicadores mostram que, passado o pior momento da crise sanitária causada pela pandemia da Covid-19, a economia brasileira está em claro processo de recuperação. A retração foi grave, com enormes prejuízos às empresas e aos trabalhadores, mas a atividade econômica vem avançando, ainda que aos poucos. A questão que se põe, neste momento, é como acelerar essa retomada, adotando medidas para estimular um crescimento mais vigoroso e sustentado ao longo do tempo, com investimentos e criação de empregos.

Em mais uma contribuição ao esforço do setor privado para que o país deixe a recessão definitivamente para trás, a Confederação Nacional da Indústria (CNI) entregou ao Congresso Nacional e ao governo o documento *Propostas para a retomada do crescimento econômico*. Nele, apresentamos 19 sugestões de ações para enfrentar, de modo emergencial, a conjuntura adversa, e apontamos medidas estruturais para melhorar o ambiente de negócios, reduzir o Custo Brasil e estimular os investimentos produtivos.

As propostas de caráter mais urgente têm o objetivo de permitir que as empresas atravessem esse período de transição pós-crise com condições de funcionar regularmente, mantendo a saúde financeira



e os empregos. Para isso, é crucial prolongar a vigência dos programas de crédito emergencial pelo menos até junho do ano que vem, pois o sistema financeiro dificilmente voltará a operar em parâmetros normais a curto prazo. O Tesouro Nacional precisa dar suporte às linhas de financiamento, em particular para as pequenas empresas.

Também é primordial parcelar o pagamento dos tributos que foram adiados, na primeira leva de ações para minimizar a crise, e instituir um abrangente programa de repactuação dos débitos tributários. É necessário autorizar, por exemplo, o uso de créditos tributários, próprios e de terceiros, além de precatórios, para compensar as dívidas. A medida vai proporcionar fôlego financeiro às empresas, que tiveram o caixa abalado em virtude das restrições às atividades com o propósito de conter a propagação do novo coronavírus.

As recomendações de natureza estrutural dizem respeito a infraestrutura, crédito, comércio exterior, política industrial, inovação, meio ambiente, relações de trabalho e tributação. Cabe destacar a reforma tributária, imprescindível para tornar a cobrança de impostos mais racional, com ênfase na unificação de tributos, na desoneração de exportações e de

investimentos e na diminuição da cumulatividade. A simplificação é requisito para o aumento da competitividade dos produtos brasileiros tanto no mercado externo como no doméstico.

Outra reforma que precisa ser adotada é a administrativa, com o objetivo de reduzir as despesas com o funcionalismo e aumentar a eficiência do setor público. O reequilíbrio fiscal vai contribuir não só para aumentar a capacidade dos governos de investir em infraestrutura e em serviços à população, mas também para melhorar o nível de confiança dos agentes econômicos, o que condiciona os investimentos privados. Um Estado ágil e moderno responderá mais adequadamente às exigências da economia globalizada.

Sabemos que há muito trabalho pela frente, e o caminho da plena recuperação da economia não será fácil. Governo, empresas e sociedade devem atuar em conjunto, identificando os pontos em que é necessário agir com presteza. Será preciso sensibilidade, determinação e paciência. Temos total confiança, entretanto, de que as autoridades, os empresários e os trabalhadores brasileiros estão à altura do enorme desafio que é impulsionar o crescimento da economia nacional após a brutal recessão provocada pela Covid-19. ■

# As intervenções certas para a recuperação

DADOS E RELATOS DE EMPRESÁRIOS BASEARAM NOVAS PROPOSTAS DE RECUPERAÇÃO SUSTENTADA DA ECONOMIA ENTREGUES PELA CNI AO MINISTÉRIO DA ECONOMIA

Com o objetivo de manter, em 2021, a recuperação da economia iniciada no terceiro trimestre deste ano, a Confederação Nacional da Indústria (CNI) propôs ao Ministério da Economia e às presidências da Câmara dos Deputados e do Senado Federal um conjunto de medidas para um período de transição, com duração de um ano. A entidade também sugere a retomada das propostas estruturais que vinham sendo discutidas antes da pandemia da Covid-19. Os estudos da CNI apontam que a implementação dessas medidas permitirá sustentar a recuperação da economia nos próximos anos.

Elaboradas com base na experiência concreta dos desafios encontrados pelas empresas industriais, as *Propostas para a retomada do crescimento econômico* foram divididas em dois blocos. No primeiro, estão cinco medidas prioritárias de transição, a serem adotadas imediatamente. No segundo, há 14 propostas estruturantes para a melhora do ambiente de negócios, a redução do Custo Brasil e o estímulo ao investimento.

Entre as medidas imediatas está, por exemplo, a manutenção dos programas de crédito emergencial até, pelo menos, junho de 2021. Além de prolongar os programas emergenciais de financiamento, as outras quatro medidas indicadas pela CNI para serem adotadas imediatamente, durante um período de transição, são as seguintes: manter e avançar em medidas de aplicação imediata de modernização, simplificação e eficiência das relações do trabalho; parcelar os pagamentos dos tributos adiados; instituir um programa de parcelamento de



▼  
No documento *Propostas para a retomada do crescimento econômico* foram sugeridas cinco medidas prioritárias de transição e 14 propostas estruturantes





▲ A postergação do pagamento de tributos foi muito importante para evitar falências durante os piores momentos da crise, mas ainda é necessária, defende Carlos Eduardo Abijaodi (CNI)

débitos com a União; e manter a política de expansão do crédito e redução do custo do financiamento.

Manoel Pires, economista do Instituto Brasileiro de Economia (Ibre), ligado à Fundação Getúlio Vargas (FGV), diz que a redução dos estímulos ao longo do próximo ano tem de ser feita de maneira adequada para manter a recuperação. “Temos alguns objetivos que são, de certa forma, muito antagônicos. A dosagem da retirada dos estímulos é muito importante. Precisamos ter uma saída da crise adequada sem aumentar de maneira expressiva o risco fiscal, mas ao mesmo tempo dando algum suporte para a atividade econômica”, afirmou ele durante evento organizado pelo Ibre e pelo jornal *Folha de S.Paulo*.

“Quando a gente olha o orçamento para o próximo ano, a gente vê que o déficit primário vai sair de 13% do PIB (Produto Interno Bruto) em 2020 para algo próximo de 4% em 2021. Não é trivial retirar essa quantidade de estímulos e achar que a economia vai resistir ou vai ter um desempenho positivo”, comentou Pires. “Acredito que a retirada dos estímulos de transferência de renda deve ser mais rápida, mas devemos permanecer um pouco mais com os estímulos de crédito para a empresa, para que elas possam se capitalizar e se recuperar. Elas vão precisar de mais tempo para fazer isso”.

Segundo ele, o Brasil fez uma coisa diferente da maior parte dos países. “Focamos muito na proteção das pessoas e menos na proteção para as empresas. Quando você olha os outros países, você vê que essa composição foi muito diferente. Ela foi mais ou menos meio a meio. E, em alguns casos, mais direcionados para proteger as empresas por meio do estímulo de crédito, para estas poderem sobreviver. Quando a pandemia acabar, a demanda por trabalho se normalizará rapidamente. Essa será uma questão importante no ano que vem”, explicou ele.

O presidente da CNI, Robson Braga de Andrade, avalia que as medidas emergenciais adotadas pelo governo e o Congresso Nacional foram essenciais para a retomada da economia, mas “empresas, famílias e governos estão saindo da crise bastante fragilizados, de modo que a transição para o crescimento sustentado se apresenta como mais um desafio”. Segundo ele, as ações propostas ao Ministério da Economia “representam uma cartilha de forma estruturada e objetiva para o Brasil acelerar o desenvolvimento econômico e social, gerar emprego e renda”.

## ESCASSEZ DE CRÉDITO

Na avaliação da CNI, “é pouco provável que o sistema financeiro retorne à normalidade no curto prazo. Isso significa que a demanda por crédito continuará a suplantiar a oferta de modo significativo”. Além disso, são necessários aportes adicionais do Tesouro Nacional nos programas que apresentarem escassez de recursos para as operações. A prorrogação das medidas trabalhistas, assim como a adoção de novas, é importante porque os efeitos da pandemia sobre a economia permanecerão até haver a imunização da maior parte da população.

Nesse cenário, as empresas terão que continuar adotando medidas para evitar o contágio, como operar com bancos de horas e/ou turnos reduzidos e com parte do pessoal trabalhando a distância. Conforme a proposta entregue ao Ministério da Economia, “a esperada retomada depende também de ações na seara trabalhista que combinem não só geração e preenchimento de vagas

de trabalho e de turnos de trabalho, como também medidas que facilitem a gestão imediata de rotinas trabalhistas”.

Carlos Eduardo Abijaodi, diretor de Desenvolvimento Industrial da CNI, diz que as medidas de postergação de pagamentos de tributos adotadas durante o pior momento da crise foram muito importantes para evitar a falência das empresas. Segundo ele, a normalização da economia levará tempo e, no processo, as empresas se encontrarão ainda bastante fragilizadas. “Estamos saindo de uma crise com empresas que estavam paradas, não estavam produzindo, não tinham faturamento e ainda voltando a meia carga, com empregados trabalhando com maior distanciamento nas fábricas”.

## FATURAMENTO BAIXO

Por isso, avalia ele, são necessárias ações e políticas específicas para o período de transição entre as medidas emergenciais e o crescimento sustentado, como o parcelamento dos tributos federais, cujo recolhimento foi adiado. “Mesmo medidas corretamente adotadas durante a pandemia terão um impacto agora. Foram quatro meses sem pagar os impostos e o empresário ainda não tem o faturamento. Agora é preciso evitar que mais empresas quebrem, com prazo de 12 meses para pagamento dos tributos”, defende o diretor da CNI.

A manutenção dos programas emergenciais de crédito é importante, diz Abijaodi, para que as empresas possam ter acesso a financiamentos mais baratos durante esse período de transição. “É importante, ainda, ter prorrogação dos prazos de pagamento de empréstimos bancários que estão vencendo, uma vez que a empresa está produzindo metade de sua capacidade e ainda não recuperou o faturamento. Além disso, ela tem dificuldade em obter o insumo e, em alguns casos, ainda não tem um comprador para entregar o produto”, conta o diretor da CNI.

Milhares de empresários em todo o país têm relatos dessas dificuldades. Em Goiânia, Reginaldo Abdalla, diretor da Confecções Manga Rosa, conta que o parcelamento do pagamento de tributos é uma medida

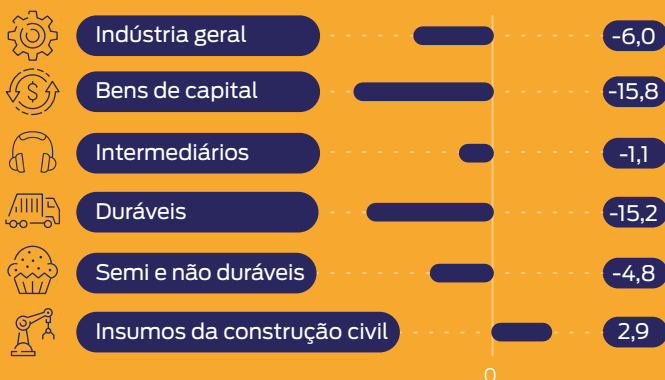
que pode ajudar as empresas a terem um fôlego financeiro, mas o mais importante é fazer chegar o crédito às empresas que precisam. “O que o governo fez sem a interferência dos bancos deu certo. Quando o banco entrou, não deu certo. É preciso obrigar os bancos a cumprirem o que foi autorizado: colocar empréstimo para capital de giro das empresas”, reivindica.

Segundo ele, cerca de 6.000 empresas do setor de confecções fecharam em Goiás durante a pandemia. “São empresas com 15 a 20 anos de mercado, que empregavam entre 100 e 200 pessoas e não conseguiram os financiamentos com juros menores dos que o governo anunciou”, diz ele. “Nossa empresa é de médio porte e, depois de cinco meses, conseguimos crédito num banco privado para pagar folha de pagamento. Entre abril e agosto, usamos recursos próprios, mas tem um problema mais sério: todas as empresas

## OS SETORES MAIS IMPACTADOS PELA CRISE

Indicadores de atividade econômica – variações acumuladas, com ajuste sazonal (em %)

Jul 20 / Feb 20



Fonte: IBGE

Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea

têm contratos com os bancos para descontar cheques e duplicatas e antecipar recursos pagos com cartão de crédito. Como muitos clientes não pagaram duplicatas em dia, sustentaram cheques ou tiveram seus limites cancelados, tivemos mais problemas”, explica.

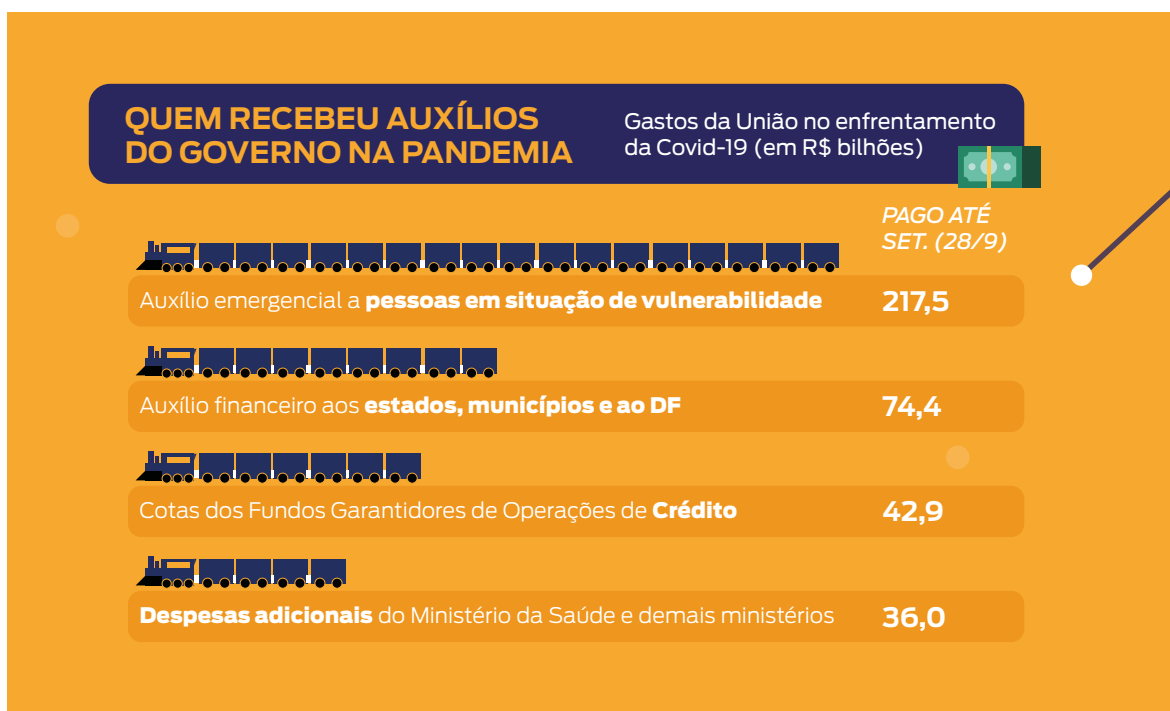
Para evitar esse estrangulamento financeiro que pode dizimar empresas descapitalizadas, a indústria defende uma política de aumento da liquidez no mercado financeiro e a manutenção da política de redução da taxa de juros, em especial a política de redução do spread bancário. Segundo Abijoadi, as medidas de aumento de liquidez adotadas durante o ápice da crise ajudarão na recuperação à medida que a confiança retornar. Para isso, o Banco Central deve continuar com a política de estímulo à demanda, mantendo baixa a taxa básica de juros (Selic). Adicionalmente, afirma ele, é importante manter os esforços para a redução do custo do financiamento.

## PARCELAMENTO DE DÉBITOS

O programa de parcelamento de débitos com a União proposto pela CNI já vem sendo

debatido no Congresso Nacional, onde estão em discussão dois projetos. Na Câmara dos Deputados, a proposta foi apresentada pelo deputado federal Ricardo Guidi (PSD-SC), que prevê o refinanciamento de dívidas com o governo federal em função da pandemia da Covid-19 (PL 2375/2020). Na mesma linha, o PLP 152/2020 sugere a criação do *Programa Especial de Regularização Tributária* em razão dos efeitos econômicos provocados pela pandemia.

No documento enviado às autoridades, a indústria defende a criação de um programa com amplas condições de uso de créditos tributários, próprios e de terceiros, para a compensação das dívidas tributárias, o uso de precatórios para a quitação de dívidas de qualquer natureza e a monetização do prejuízo fiscal em 2020. De acordo com o documento, o atraso no pagamento de tributos acontece justamente para viabilizar o cumprimento das demais obrigações financeiras que as empresas possuem. Essa é, muitas vezes, a única opção encontrada pelas empresas para obter algum alívio de caixa e, assim, conseguir se manter em operação.



Manoel Pires, do Ibre, diz que o Brasil precisa administrar dois riscos: retirar os estímulos e o risco fiscal. “Quando se administra dois riscos antagônicos, a tendência é escolher o caminho do meio. É preciso retirar alguns estímulos, mas que não sejam muito abruptos, porque aí você consegue desmontar o arcabouço fiscal da pandemia que o governo criou. Ainda que gere alguma pressão sobre a dívida para o próximo ano, você começa a sinalizar uma estratégia para retirar e criar um caminho de consolidação fiscal mais à frente. E isso vai ensejar novas reformas, novas medidas estruturais”, diz o especialista.

O segundo bloco das *Propostas para a retomada do crescimento econômico* inclui medidas das áreas de comércio exterior, financiamento, infraestrutura, inovação, política industrial, recursos naturais e meio ambiente, relações do trabalho, reforma administrativa e tributação. Abijaodi lembra que a indústria brasileira já se mostrava debilitada antes da crise atual, com perda de espaço no cenário internacional e mesmo no mercado doméstico, o que justifica a importância da implementação, também, de ações

de médio prazo.

Ao entregar o documento ao secretário especial de Produtividade e Emprego do Ministério da Economia, Carlos da Costa, Robson Braga de Andrade destacou a importância da reforma tributária para aumentar a competitividade da indústria brasileira. Segundo ele, é preciso tomar medidas sérias e, às vezes, duras. “Essas medidas passam por algumas reformas que estão sendo discutidas no Congresso e a mais importante delas é a reforma tributária. Apoiamos uma reforma ampla, que inclua todos os impostos e não apenas os federais”, defendeu o presidente da CNI.

Andrade disse que o ideal seria ter um Imposto sobre Valor Agregado (IVA) e, se não for possível a unificação num só tributo, que não sejam criados mais que dois, um federal e um estadual, com o pagamento sendo feito no destino e não na origem. Isso precisa ocorrer “sem aumento da carga tributária”, lembra Andrade, que sugere enfaticamente uma melhor distribuição da carga tributária entre os diversos setores. Segundo ele, “a indústria brasileira representa em torno de 21% do PIB, mas paga 32%



***“Precisamos ter uma saída adequada da crise sem aumentar de maneira expressiva o risco fiscal, mas ao mesmo tempo dando algum suporte para a atividade econômica”***

▲  
**Manoel Pires**  
economista do Ibre/FGV

dos tributos federais e 42% dos tributos estaduais e municipais”.

## IMPOSTO DIGITAL

“A reforma tributária é essencial, mas somos contra a criação de um imposto digital, que seria uma CPMF revestida com outro nome”, registrou o presidente da CNI. Isso não significa, entretanto, que não existam ações nessa área para criar maior isonomia tributária no setor produtivo. “Somos a favor da tributação sobre algumas atividades hoje exercidas em meios digitais e que não contribuem, como sites, sistemas e plataformas que estão fora do Brasil e que não requerem pagamento de impostos”, exemplificou Andrade durante evento na CNI, com a presença de Carlos da Costa. Embora o governo tenha manifestado a intenção de criar um tributo sobre transações digitais, ainda não enviou a proposta ao Congresso Nacional.

A CNI defende uma reforma que torne o sistema tributário mais simples e eficiente, com foco na redução da cumulatividade. Isso permitirá a desoneração completa dos investimentos e das exportações e aumentará as condições para os produtos brasileiros

competirem com os estrangeiros nos mercados interno e externo. Embora o governo não tenha enviado ainda sua proposta, o tema vem avançando no Legislativo, tendo como base a Proposta de Emenda Constitucional 45, em discussão na Câmara dos Deputados, e a PEC 110, em análise no Senado Federal. Para agilizar os trabalhos, foi criada uma comissão especial integrada por deputados e senadores.

José Ronaldo Souza Júnior, diretor de Estudos e Políticas Macroeconômicas do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), considera que a aprovação de uma reforma tributária que reduza a complexidade tributária poderá estimular a recuperação da economia. “Reduzir o número e a diversidade de alíquotas poderia dar uma competitividade maior para a indústria. Além disso, se não tivermos reformas que ajudem a conter o crescimento dos gastos públicos, dificilmente conseguiremos uma retomada mais intensa”, avalia o especialista.

Estudo elaborado pelo Ipea mostra que a economia brasileira manteve, ao longo do terceiro trimestre de 2020, uma trajetória de recuperação após o choque da pandemia da Covid-19 em março e abril. Conforme análise apresentada na *Carta de Conjuntura 48*, divulgada em outubro, essa retomada pode ser explicada pela “gradual flexibilização das restrições à mobilidade de pessoas, pela extensão do auxílio emergencial, pela ampliação do crédito a micro, pequenas e médias empresas (MPMEs) com garantia do Tesouro e pela política monetária expansionista”.

Responsável pelo documento, Souza Júnior avalia que, no curto prazo, a intensidade da recuperação ainda depende da evolução da pandemia, em especial da continuidade da trajetória de redução do número de novos casos e mortes. Já as perspectivas para a economia no médio prazo, diz ele, “dependem também da redução das incertezas em relação à manutenção da política fiscal, que é o que mais tem afetado as expectativas, principalmente de empresários”. Segundo o economista, os dados de atividade econômica de julho e agosto mostram que a recuperação iniciada em abril continua em curso.

## POLÍTICA INDUSTRIAL

Otto Nagami, professor do Insper, também chama a atenção para a falta de definição de uma política industrial clara para a retomada da economia. “A gente percebe alguns ramos de atividade caminhando, inovando, mas não há uma preocupação convergente do governo. Então, na verdade, cada um está indo pelos seus meios, pelo seu conhecimento, mas não dentro de um plano nacional. Acho que falta um plano nacional de renovação de indústria, um norte”, avalia o professor.

Segundo Nagami, a pandemia levou muitas empresas a fecharem as portas e isso vem gerando um outro problema na retomada das atividades econômicas: conseguir novos fornecedores. “Conversando com algumas indústrias grandes,

percebe-se que a grande dificuldade que eles estão sentindo agora é identificar novos fornecedores. Não é só identificar; a questão é identificar e certificar. Esse é um processo longo. Portanto, até a indústria retomar o ritmo anterior, vai demandar alguns meses”, prevê. Para ele, também é importante investir em pesquisa e inovação para que a recuperação seja sustentável.

Entre as 14 propostas estruturantes apresentadas pela CNI estão, ainda, a garantia do aumento e a estabilidade de recursos para Pesquisas, Desenvolvimento e Inovação (PD&I), como previsto no PLP 135/2020 em discussão na Câmara dos Deputados, e a aprovação, na íntegra, do PL 6407/2013, conforme o texto da Comissão de Minas e Energia da Câmara dos Deputados, que está em discussão no Senado. ■

### INFLAÇÃO E JUROS DEVEM CONTINUAR BAIXOS EM 2021, MAS CÂMBIO ESTARÁ ALTO

|                                                              | 2019 | 2020* | 2021* |
|--------------------------------------------------------------|------|-------|-------|
| <b>INFLAÇÃO – IPCA</b><br>(% NO PERÍODO)                     | 4,31 | 2,30  | 3,30  |
| <b>TAXA DE JUROS – SELIC</b><br>(% A.A. NO FINAL DO PERÍODO) | 4,50 | 2,0   | 2,50  |
| <b>TAXA DE CÂMBIO R\$/US\$</b><br>(% NO FINAL DO PERÍODO)    | 4,03 | 5,25  | 5,0   |

\*Previsão

Fonte: IBGE e Ipea

Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea

# CONHEÇA ALGUMAS MEDIDAS PROPOSTAS PELA CNI PARA TIRAR O PAÍS DA CRISE E JÁ ADOTADAS

## ▶ Na área de tributação

- Adiamento da entrega da declaração do IRPF
- Dispensa do pagamento, por 90 dias, sem multa, de parcelas do programa de refinanciamento de dívidas dos contribuintes com a União
- Suspensão dos prazos para respostas do contribuinte em razão do exercício fiscal
- Suspensão, por 90 dias, dos prazos de inscrição em dívida ativa, protesto e execução fiscal

## ▶ Na área de crédito

- Facilitação, por parte dos bancos públicos e de desenvolvimento, do acesso a capital de giro
- Prorrogação do prazo de pagamento de obrigações financeiras, com suspensão, por prazo determinado, dos pagamentos de financiamento de bancos públicos
- Redução da taxa básica de juros (Selic) nas reuniões de março e maio de 2020

## ▶ Na área de regulação

- Ajustamento, pela Anvisa, das normas regulatórias de registro e pós-registro necessárias para agilizar eventuais trocas de fornecedores de Insumo Farmacêutico Ativo (IFA) e outros insumos

## ▶ No meio ambiente

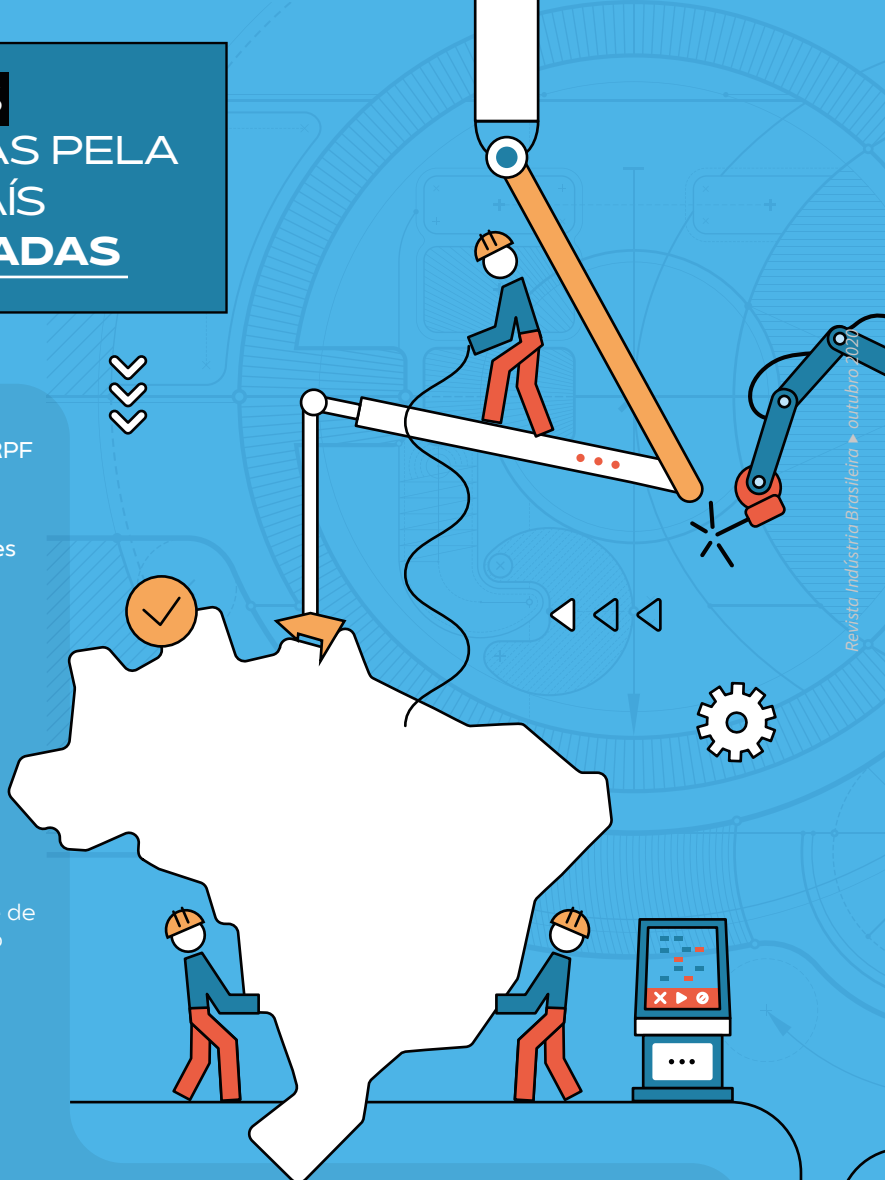
- Prorrogação, por 90 dias, do prazo para apresentação do Relatório Anual de Atividades Potencialmente Poluidoras e Utilizadoras de Recursos Naturais (RAPP)
- Prorrogação dos prazos de condicionantes e vigências de outorgas de uso de recursos hídricos
- Suspensão, por 120 dias, da emissão dos boletos de cobrança pelo uso da água, contemplando o período de abril a julho de 2020

## ▶ Na área de infraestrutura

- Criação de linha de crédito temporária para atenuar os problemas dos contratos de energia elétrica realizados pelas indústrias

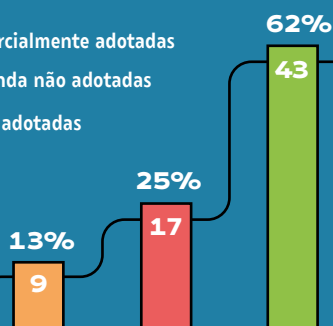
## ▶ Na área trabalhista

- Redução de jornada e salário de forma proporcional por acordo individual entre empregado e empresa
- Ampliação do banco de horas
- Redução das exigências para a realização do teletrabalho
- Reativação do Programa Seguro-Emprego (PSE)
- Custeio de salário dos empregados afastados, em especial para os empregados das micro e pequenas empresas
- Ampliação do lay-off



## O ESTÁGIO DAS 69 MEDIDAS PROPOSTAS

- Parcialmente adotadas
- Ainda não adotadas
- Já adotadas



## OS RESULTADOS DAS AÇÕES ATÉ AQUI

### ▶ Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda

**18,4 milhões** de acordos celebrados

**11 milhões** de empregos preservados

Fonte: Ministério da Economia

### ▶ Crédito

Liberação de liquidez  
**R\$ 315,3 bilhões**

Liberação de capital  
**R\$ 1.348,2 bilhões**

Criação de linha de crédito especial para PMEs  
**R\$ 4,5 bilhões**

Fonte: Banco Central

Suspensão de tributos  
**R\$ 90 bilhões deixaram de ser arrecadados até julho**

Fonte: CNI

# Relatos da pandemia nas empresas de médio porte

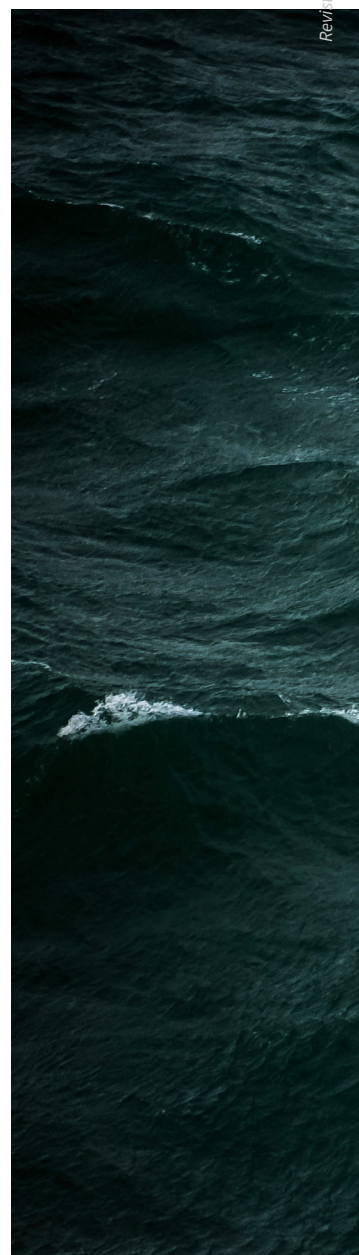
---

MEDIDAS NAS ÁREAS TRABALHISTA E TRIBUTÁRIA FORAM ESSENCIAIS PARA DAR FÔLEGO FINANCEIRO A INDÚSTRIAS DE DIFERENTES REGIÕES DO PAÍS DURANTE OS MESES MAIS DIFÍCEIS

---

As medidas adotadas para tentar evitar a expansão da Covid-19 no Brasil a partir de março, como restrições de circulação e paralisação das atividades não essenciais, levaram muitas empresas a se reinventarem para enfrentar os desafios econômicos provocados pela pandemia. Quem pôde, fez ajustes na linha de produção e alterou a rotina dos funcionários para manter sua fábrica funcionando. Além de reduzir pessoal e adiar o pagamento de tributos federais – medidas autorizadas pelo governo federal –, diversas companhias buscaram crédito bancário para pagar fornecedores e salários.

“Ficamos fechados por 12 dias em abril, como outras empresas, mas aí descobrimos que poderíamos fabricar álcool em gel. Rapidamente conseguimos embalagens, negociamos com parceiros de muitos anos e, por incrível que pareça, fechamos um pedido já para o mês de maio”, conta Carlos Anaclea Oleias, presidente da Dexter Latina, empresa de São José dos Pinhais (PR) que fabrica inseticidas e produtos sanitários. “Foi só uma vez. Depois voltamos aos nossos produtos, mas com um ritmo menor de vendas depois disso”, conta o empresário.



▼  
A dimensão da paralisação em março e abril deste ano e as incertezas levaram algumas empresas a mudar sua linha de produção para assegurar algum faturamento e fluxo de caixa



Embora a venda de álcool em gel tenha elevado o faturamento da empresa em cerca de 30% num único mês, Oleias diz que precisou adiar o pagamento de tributos federais e buscar financiamento no banco para manter a empresa funcionando. “Aproveitamos a questão dos impostos federais, mas tivemos de pagar os tributos estaduais, não teve jeito”, diz. No caso do banco, ele lembra que tentou conseguir financiamento em bancos públicos, mas, como não conseguiu, recorreu a bancos privados, com os quais negociou melhores prazos de pagamento e obteve novos recursos.

A pouco mais de 3.000 km da Dexter, em Teresina (PI), Francisco Marques, presidente da V & M Indústria de Confeções, conta uma história parecida. “Nos reinventamos para fabricar produtos médico-hospitalares. Pegamos hospitais, empresas de segurança e empresas do setor de alimentos, que não precisaram reduzir as atividades pelo fato de terem sido considerados serviços essenciais”, explica. Antes da reinvenção, segundo ele, a produção estava concentrada na venda de uniformes para a indústria e o comércio.

***“Tivemos de pagar 60% a mais no preço do plástico, o que vai provocar um aumento de 10% a 15% nos meus produtos. E assim as vendas vão cair”***

▲  
**Carlos Anaclea Oleias**

presidente da Dexter Latina, do Paraná

Marques diz que também recorreu a financiamento bancário e adiou o pagamento de tributos federais para enfrentar a queda de faturamento no período da pandemia. Embora a empresa já atuasse no setor de confecções, a mudança na produção levou-a a buscar novos conhecimentos. “Pedimos ajuda ao Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) e ao Sebrae, e isso foi fundamental para o nosso negócio”, conta Marques.

“Realmente tivemos que nos adaptar. Tínhamos 112 colaboradores e tivemos que ficar na parte da indústria com pouco mais de 30, porque tinha aquela parte de adaptação do distanciamento. Mandamos um bocado trabalhar em casa e mandamos também máquinas para a pessoa se adaptar a trabalhar em casa. Aí também surgiu a antecipação das férias e a suspensão de contratos. Mas, mesmo assim, tivemos de ampliar a terceirização e buscar pessoas para trabalhar de casa”, relembra Marques.

Hoje, explica ele, “nós estamos na indústria com uns 38 a 42 colaboradores. Tem um pessoal no chão de fábrica, um pouco no corte, um pouco no risco, um pouco na criação, um pouco na supervisão e alguns na administração. Fora da fábrica, temos entre 120 e 125 colaboradores que trabalham em casa, o que garante uma produção média de 14 a 15 mil peças no mês”. Segundo o presidente da V & M, as medidas do governo federal ajudaram a empresa, que suspendeu contratos, adiou o pagamento de tributos e tomou financiamento em bancos públicos. “Mas o governo estadual ajudou muito pouco”, compara.

A produção de álcool em gel também foi a solução encontrada pela Tok Cosméticos, de Sergipe, para enfrentar as consequências da Covid-19 na economia. Domingos Luz, diretor comercial da empresa, diz que no início ficou “meio assustado” com as notícias e, por isso, a fábrica ficou fechada por quatro dias. “Mas vimos que tanto a indústria quanto os serviços essenciais ficariam abertos e voltamos a trabalhar. Depois veio a demanda de fabricação de álcool gel, então eu tive que parar toda a minha produção

de cosméticos e modificar algumas linhas, passando a fabricar álcool em gel durante uns 60 dias”, conta Luz.

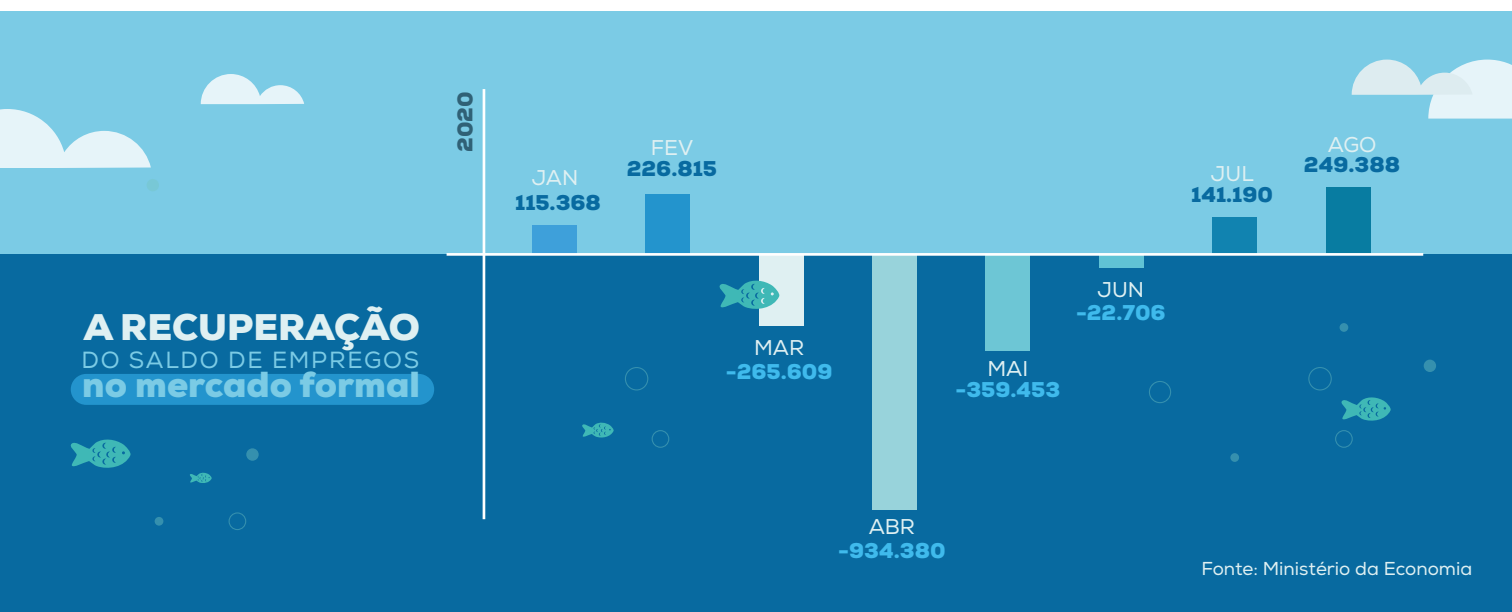
Além de produzir álcool em gel para a venda no comércio, diz ele, a empresa passou a doar parte da produção a asilos, creches, hospitais e à Secretaria de Segurança Pública sergipana. “Ficamos assim durante uns 60 dias mais ou menos. Mesmo doando e vendendo a outra parte, deu para cobrir bastante bem as despesas e evitar a demissão de funcionários”, explica. Com 25 funcionários, Luz também buscou crédito bancário. “Achei a burocracia muito grande e percebi que os bancos não estavam com a mínima vontade de me emprestar dinheiro com juros mais baixos”, critica o diretor da Tok Cosméticos.

Depois de superar os desafios iniciais provocados pela pandemia, Domingos Luz diz que o problema agora é a falta de insumos e o aumento de preço de materiais necessários para manter a produção da empresa em dia. “Parei de fabricar álcool em gel em meados de junho e voltei a fabricar cosméticos. Estava muito bem, vendendo muito bem enquanto estava vindo o auxílio emergencial do governo federal. Os supermercados estavam sempre

lotados e o nosso produto estava saindo muito bem, mas em setembro tivemos dificuldade para conseguir matéria-prima”, explica o empresário.

Segundo ele, os fornecedores informaram que os insumos, importados principalmente da China, não estão sendo entregues em dia e os que chegam estão com preços maiores devido à alta do dólar. “Uma grande matéria-prima que está faltando é o polímero, usado na produção de embalagens plásticas, ou seja, estamos com dificuldade em comprar embalagens. Esse é só o nosso medo agora. É a falta de plástico no mercado para fazer todo tipo de embalagem”, destaca.

Carlos Anaclea Oleias também cita a falta de insumos e de embalagens como problemas sérios que estão sendo enfrentados atualmente pela Dexter Latina. “Nossa empresa tem uma produção sazonal. Sem insumos, seremos obrigados a parar. Sem matéria-prima, não tenho caixa para os meus produtos e não tem princípio ativo. Tivemos de pagar 60% a mais no preço do plástico, o que vai provocar um aumento de 10% a 15% nos meus produtos. E assim as vendas vão cair. Estou vendo que realmente teremos de demitir gente”, prevê o empresário. ■



# Congresso deve dar um sinal ao país

---

SEGUNDO O DEPUTADO FEDERAL BALEIA ROSSI, A APROVAÇÃO DA REFORMA TRIBUTÁRIA É IMPORTANTE TAMBÉM PARA A RECUPERAÇÃO PÓS-PANDEMIA E A GERAÇÃO DE EMPREGOS

---

Autor da Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 45, que simplifica o sistema tributário brasileiro, o deputado Baleia Rossi (MDB-SP) está otimista e acha que será possível votar a reforma tributária ainda neste ano no Congresso Nacional. “Se perdermos este momento, vamos perder o trem da história”, afirma. Segundo o líder emedebista, as discussões na Comissão Mista estão avançando mesmo sem a participação do governo.

**Quais são as perspectivas de se avançar na reforma tributária ainda neste ano?** Estou muito otimista com o andamento das discussões na Comissão Mista. Eu vejo todas as condições de se votar a reforma tributária ainda este ano. Não podemos perder a oportunidade, principalmente agora no período pós-pandemia. O melhor sinal que podemos dar para o país, para a economia e para a geração de emprego e renda é votar a reforma tributária. Confio que conseguiremos fazer isso ainda neste semestre.

**Como está o trabalho de fusão de propostas?** O texto base do relator, deputado Aguiinaldo Ribeiro (PP-PB), é a PEC 45, mas ele vai incorporar algumas sugestões da PEC 110, em discussão no Senado Federal. A CBS (Contribuição Social sobre Operações com Bens e Serviços) proposta pelo governo também se comunica com a nossa proposta sem dificuldade nenhuma. Ela tem uma comunicação direta, mas a nossa é mais ampla

porque inclui também outros tributos. Portanto, temos todas as condições de aprovar um texto. O Aguiinaldo tem conversado com todos os entes da Federação, com os governadores e com os parlamentares, tem tirado dúvidas e acolhido sugestões para que a gente possa ter um texto minimamente consensual para votar na Câmara e depois no Senado.

**Quais são os pontos de convergência?** Vamos acabar com as obrigações acessórias e vamos acabar com a guerra fiscal que hoje é prejudicial a todos os estados. Vamos diminuir o contencioso, hoje em torno de R\$ 5 trilhões no Brasil, dos quais R\$ 1 trilhão está no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF) e R\$ 4 trilhões estão no Judiciário. Isso acaba com a competitividade das nossas empresas. É empresa querendo discutir com o Fisco porque temos um sistema tributário que é cheio de exceções, que é cumulativo e que acaba distorcendo totalmente a forma como os investimentos acontecem no país. Então, todo mundo fica brigando para sempre tentar pagar uma alíquota menor do que a que existe. Nós vamos diminuir de imediato o Custo Brasil e isso vai ter um impacto positivo.

**Que tipo de impacto?** As mudanças que estamos discutindo vão deixar os produtos mais baratos para a população, para o consumidor final. E a simplificação é a preparação para aquilo que a gente acha que é o



◀ Para Baleia Rossi, os parlamentares estão convencidos de que o país precisa da reforma de um sistema que prejudica a competitividade da economia

ideal, que é a diminuição da carga tributária. Num primeiro momento, a nossa proposta de reforma tributária é neutra; ela não diminui, mas também não aumenta. Mas ela simplifica e diminui muito o Custo Brasil, que vai criar um ambiente de negócios muito melhor e vai gerar emprego e renda. Temos um estudo do professor Bráulio Borges, da Fundação Getúlio Vargas (FGV), mostrando que nos próximos 15 anos vamos ter um crescimento no PIB (Produto Interno Bruto) potencial de pelo menos 20%. Isso é recurso para a economia voltar a crescer e gerar emprego e renda.

**Há espaço para aprovar um imposto sobre transações digitais?** Desde o primeiro momento, me posicionei contra a criação de um novo imposto com as características da CPMF, um imposto que só serve para arrecadar e que não tem nenhum impacto positivo na economia e no crescimento do país. A experiência que tivemos com a CPMF foi muito ruim. No entanto, não acho que devemos ter qualquer tipo de preconceito para debater o assunto. Como o ministro Paulo Guedes (Economia) disse que o governo quer

apresentar uma proposta de imposto digital, acho que o Congresso Nacional tem o dever de estudar e verificar o impacto que pode ter na economia. Embora eu tenha uma posição contrária à CPMF, acho que o Congresso não pode brecar essa discussão. É preciso analisar com clareza o projeto do governo.

**A reforma tributária é um tema polêmico e sempre encontrou resistências. O que mudou para deixá-lo tão otimista?** Em primeiro lugar, todos os líderes partidários e todos os parlamentares, tanto na Câmara quanto no Senado, já declaram claramente que essa discussão saturou e que precisamos votar uma reforma tributária porque o país precisa. O sistema atual está prejudicando o crescimento e a competitividade das nossas empresas. Um segundo ponto é que o Congresso atual é muito mais reformista. Em terceiro, conseguimos avançar muito na discussão e no apoio dos entes da Federação, de todos os governadores, de todos os secretários estaduais da Fazenda e de entidades como a Confederação Nacional dos Municípios (CNM). Se perdermos esse momento, vamos perder o trem da história. ■

# Indústria e

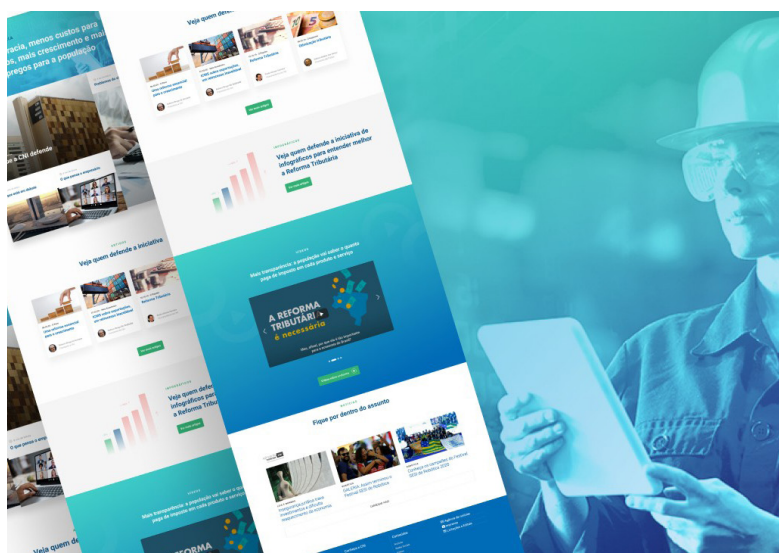


## SESI LANÇA TREINAMENTO GRÁTIS DE BIOSSEGURANÇA PARA EMPRESAS

O Serviço Social da Indústria (SESI) lançou treinamento gratuito e 100% online intitulado “*Capacitação de Protocolos de Biossegurança*”, com foco nos funcionários de pequenos negócios e serviços locais. O objetivo é auxiliar empresários a capacitar seus colaboradores para atuarem de maneira segura durante a pandemia do novo coronavírus. Basta se inscrever na página do SESI, que mostra como aprimorar a aplicação dos protocolos de biossegurança dentro da empresa e oferecer um ambiente mais seguro para sua equipe e seus clientes.

## CNI PROMOVE DEBATE SOBRE A REFORMA TRIBUTÁRIA COM NOVO SITE

A Confederação Nacional da Indústria (CNI) lançou um novo canal com o objetivo de estimular a discussão em torno da necessária reforma tributária. Com textos, fotos, infográficos e vídeos, o site contém análises sobre as Propostas de Emenda à Constituição (PECs) em discussão na Câmara e no Senado, assim como o Projeto de Lei 3887/2020, que cria a Contribuição sobre Bens e Serviços, enviado pelo governo federal ao Congresso. O site também compara o sistema tributário nacional com os de outros países.



# m Ação



## INDÚSTRIA PEDE QUE O STF REVISE TAXA DE COMÉRCIO EXTERIOR

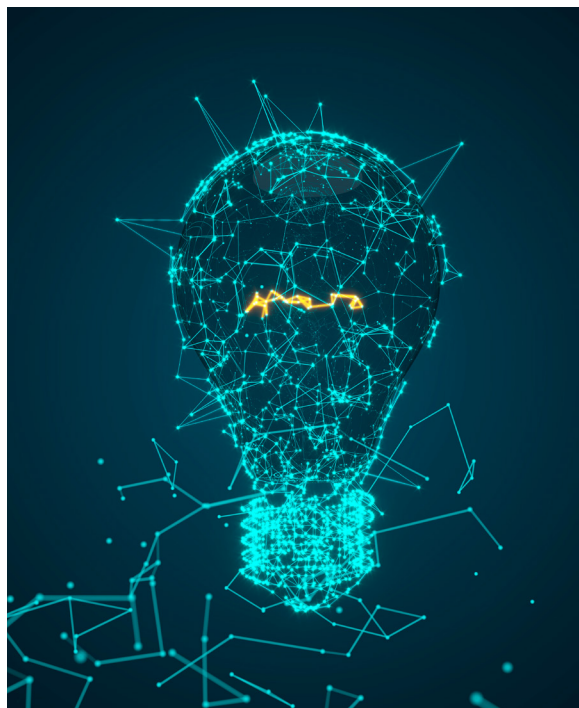
A CNI protocolou petição no Supremo Tribunal Federal (STF) para que os ministros da corte revisem presencialmente um recurso extraordinário a respeito da majoração da Taxa de Utilização do Sistema Integrado de Comércio Exterior (Siscomex). Nos últimos anos, as empresas exportadoras têm sido penalizadas com taxas cada vez mais altas devido a reajustes promovidos pelo governo federal. Para a CNI, as taxas desproporcionais contrariam o Acordo de Facilitação de Comércio da Organização Mundial do Comércio (OMS).

## CULTURA E CIDADES PAUTAM PRÉVIA DO AMAZÔNIA+21

O quarto encontro preparatório para o *Fórum Amazônia+21* aconteceu em 14 de outubro e abordou dois eixos estratégicos para o desenvolvimento sustentável da região: a cultura e as cidades amazônicas, onde vivem cerca de 19 milhões de brasileiros. Afinal, a Amazônia não é apenas uma floresta. Participaram dos debates o cacique Almir Suruí, referência global na defesa dos indígenas, e o escritor manauara Márcio Souza, autor de várias obras sobre a vida na região. O fórum acontece entre os dias 4 e 6 de novembro.

## TECNOLOGIA E REFORMAS ESTRUTURAIS PARA GARANTIR O FUTURO

Em artigos publicados no jornal *Folha de S.Paulo* e *O Globo*, o presidente da CNI, Robson Braga de Andrade, detalhou os principais desafios colocados para o Brasil no mundo pós-pandemia. Para o dirigente, o novo cenário confirmou “que a ciência, a pesquisa e a tecnologia são a garantia da nossa sobrevivência”. Além disso, Andrade destacou que o caminho para a retomada do crescimento não será fácil, mas passará pelas reformas estruturais e pela atração de novos investimentos para a área de infraestrutura.



# Por que o Proex deve ser ampliado

---

A EFICIÊNCIA DO PROGRAMA DE APOIO ÀS EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS TRANSFORMA CADA DÓLAR DESEMBOLSADO EM US\$ 25,72 EXPORTADOS E US\$ 3,20 EM TRIBUTOS

---

O Programa de Financiamento às Exportações (Proex), na modalidade Equalização, é a principal iniciativa governamental de apoio às exportações brasileiras de bens e serviços de alto valor agregado. O Proex possibilita equalizar encargos financeiros de operações de crédito, viabilizando financiamentos em condições análogas às praticadas no mercado internacional.

Os recursos são obtidos em instituições financeiras no país ou no exterior, e o governo brasileiro assume parte dos juros da operação, sem risco de crédito. Graças ao programa, exportações de bens e serviços de alto valor agregado tornam-se mais competitivas fora do país.

Além de favorecer empresas, o programa traz inúmeros benefícios para o Brasil, mesmo representando apenas 0,026% do Orçamento Geral da União (OGU). Estudo da Confederação Nacional da Indústria (CNI) mostra que, a cada US\$ 1,00 desembolsado pelo Proex Equalização, são alavancadas exportações no valor de US\$ 25,72, o que gera mais empregos, investimentos e inovação no país, por se tratar justamente do setor de manufaturados de alto valor agregado.

Ademais, para cada US\$ 1,00 desembolsados, são gerados US\$ 3,20 em impostos pagos para o governo. Por essas razões, o programa não deve ser entendido como um subsídio, segundo Patrícia Gomes, diretora-executiva de Mercado Externo da Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos (Abimaq). “O financiamento acaba sendo recompensado por tributos que vão para os cofres públicos”, lembra ela.

Nos últimos quatro anos, entretanto, o Proex tem sofrido sucessivos cortes orçamentários, gerando instabilidade no programa e insegurança no setor produtivo. Pior, isso tem se refletido também na gradual perda de importância do país no comércio internacional.

Gabriela Dietrich, vice-presidente sênior da GE Capital – braço financeiro da General Electric – reconhece a importância fundamental do Proex para garantir a competitividade da indústria nacional no mercado internacional, mas faz ressalvas sobre o seu atual funcionamento. “Para o Proex funcionar como ferramenta estratégica para desenvolver um plano de negócios focado em exportação, é imperativo ter segurança na manutenção e previsibilidade do orçamento do programa”, diz a executiva da GE Capital.

▼  
O programa utiliza apenas  
0,026% do Orçamento  
Geral da União e é similar  
a outros existentes em  
países concorrentes,  
como Coreia do Sul e  
Índia



►  
“É imperativo ter segurança na manutenção e previsibilidade do orçamento do programa”, diz Gabriela Dietrich, vice-presidente sênior da GE Capital



Gabriela destaca como exemplo as unidades de negócio da GE de aviação, energia renovável e energia: elas possuem estrutura de fornecimento global e a decisão para alocar a produção é resultado de equação composta tanto pelo custo de produção e logística como pelas condições de financiamento oferecidas em cada localidade de produção.

“O Proex funciona como uma ferramenta de incremento da competitividade das nossas exportações para nos tornarmos um centro global para exportar serviços de manutenção de turbinas de aviação, componentes eólicos, motores e geradores”, resume a vice-presidente.

## MOBILIZAÇÃO

Entidades como a CNI, o Fórum de Competitividade das Exportações (FCE), a Associação de Comércio Exterior do Brasil (AEB) e a Abimaq têm se mobilizado junto ao Executivo e ao Legislativo para a manutenção e valorização do programa.

Constanza Negri Biasutti, gerente de Política Comercial da CNI, explica que a ação tem dois desafios paralelos. “O montante do orçamento aprovado este ano é insuficiente para cumprir a execução do passivo já contratado e as obrigações a serem executadas em 2020. Por isso, estamos solicitando ao governo uma suplementação de

R\$ 400 milhões, que é a previsão de exportações descobertas”, explica a gerente da CNI.

Além disso, o setor produtivo vem negociando junto ao Legislativo a possibilidade de ampliar a previsão orçamentária do Proex Equalização em 2021, dos atuais R\$ 1 bilhão para R\$ 1,6 bilhão, para que parte dos recursos perdidos ao longo dos anos seja recuperada e que mais operações sejam cobertas.

“Temos o desafio de reafirmar a importância do programa, responsável por criar emprego e renda para o país, e, ao mesmo tempo, fazer com que o Legislativo nos apoie no aumento dos recursos, que proporcionalmente não irão impactar o orçamento para 2021”, afirma Constanza, lembrando que a proposta orçamentária já está sendo discutida no Congresso. “É importante ressaltar que, para esse orçamento, não podemos ter como referência 2020, ano de pandemia, quando as exportações não tiveram o andamento que teriam”, completa Constanza.

Patrícia Gomes, da Abimaq, lembra que não é somente o Brasil que realiza a equalização de taxas, mas também países como Coreia do Sul, Alemanha, Espanha e Índia. “Todos os países com atuação relevante no mercado internacional têm programas de financiamento estruturados com previsibilidade para atender à demanda do setor produtivo. Não estamos fazendo nada de diferente do que outros têm feito no mercado internacional”, pontua.

José Augusto de Castro, presidente-executivo da AEB, lembra que o Brasil é hoje um país que exporta principalmente commodities, ficando atrás de outros mercados em produtos industrializados. “A Coreia do Sul, que é um país muito pequeno perto do Brasil, exporta US\$ 50 bilhões de produtos manufaturados, enquanto nós exportamos apenas US\$ 75 bilhões”, compara Castro.

“Ou seja, o Proex é importante não só para as empresas, mas para o Brasil melhorar a sua atuação no mercado externo e sair da 32ª posição que ocupa como país exportador de manufaturados”, completa Castro.

# BENEFÍCIOS DO PROEX



- > **Programa horizontal e eficiente** que representa apenas 0,026% do Orçamento Geral da União (OGU);
- > **Impacta** positivamente a geração de emprego e renda do país;
- > **Fortalece** atividades produtivas de alto valor agregado;
- > **Incrementa** a arrecadação de tributos.

Especialistas acreditam que o Brasil precisa ter uma política de financiamento de exportação com papel-chave dentro da política de comércio exterior. Além disso, o acirramento da competição internacional num contexto pós-pandemia exigirá do país produtos mais competitivos e de alto valor agregado, mas isso somente será possível com o aprimoramento do Proex e de sua disponibilidade orçamentária.

Patrícia Gomes destaca que, nesse contexto, é de fundamental importância a participação do setor público no financiamento às exportações. “A área de bens manufaturados demanda investimentos de alto valor agregado. Nossas empresas exportadoras precisam ter em mente que aquela política, aquele recurso, vai ser constante e acessível, para poder manter a sua regularidade no mercado internacional. São bens com prazos de financiamento mais longos e que não são atendidos pelo setor privado”, esclarece a diretora-executiva da Abimaq.

“Empresas do setor já sinalizaram que,

sem esse programa, vão ter que reorientar as suas exportações para plantas em outros países. E isso teria um impacto muito ruim para as empresas e também para vários fornecedores”, alerta Patrícia. ■



◀ O Proex não deve ser visto como subsídio, pois gera tributos que voltam para os cofres públicos, argumenta Patrícia Gomes, diretora-executiva de Mercado Externo da Abimaq

# Uma nova estrutura financeira para a ciência, tecnologia e inovação

---

APROVAÇÃO DE PROJETO DE LEI QUE VEDA O CONTINGENCIAMENTO DE RECURSOS DO FNDCT É ESSENCIAL PARA A SOBREVIVÊNCIA DA CIÊNCIA E DA INOVAÇÃO NO BRASIL, ALERTAM ESPECIALISTAS

---

Após a aprovação incontestável, por 71 votos a 1 no Senado Federal, o PLP 135/2020 chegou à Câmara dos Deputados, cuja expectativa de aprovação é grande, como explica o autor da proposta, senador Izalci Lucas (PSDB-DF): “no Senado, todos entenderam a importância do projeto para o setor que mais cresce no mundo e, na Câmara, já recebemos o apoio de muitos deputados”.

O setor a que se refere o senador é o da Ciência, Tecnologia e Inovação (CT&I). Já o projeto em questão veda o contingenciamento de recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT), o transforma em um fundo financeiro e contábil, permitindo o reinvestimento dos seus saldos anuais, e amplia o limite para financiamentos reembolsáveis de projetos de inovação tecnológica junto à iniciativa privada.

O FNDCT é o principal instrumento para a política de desenvolvimento da ciência, da tecnologia e da inovação no Brasil, mas tem sido severamente contingenciado, especialmente nos últimos anos.

Seu orçamento é dividido em 25% de recursos reembolsáveis, usados como crédito para as empresas, e outros 75% de valores não reembolsáveis, aplicados em forma de convênios com universidades e institutos de pesquisa e subvenção para empresas de base tecnológica. É essa parte dos recursos que é contingenciada.





As regras atuais permitem ao governo contingenciar os recursos do fundo, que neste ano aplicou, até aqui, apenas 12% dos recursos não reembolsáveis em projetos de inovação e tecnologia





▲ “Muitas vezes, o pouco recurso que é liberado não é executado porque sua liberação se dá ou a conta-gotas ou já no final do exercício, sendo impossível sua execução”, diz o senador Izalci Lucas (PSDB-DF), autor do projeto

Em 2020, por exemplo, apenas 12% dos recursos não reembolsáveis foram efetivamente aplicados em programas e projetos de inovação e tecnologia. Os 88% restantes foram bloqueados pelo governo federal para melhorar o superávit primário brasileiro.

A diretora de Inovação da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Gianna Sagazio, explica que a sobrevivência da estrutura nacional de ciência, tecnologia e inovação está atrelada à aprovação do projeto de lei. “Nós entendemos que o momento é de crise, mas o fundo é o que pode assegurar um mínimo de recursos para que as instituições brasileiras que promovem inovação e tecnologia possam continuar a existir”, argumenta ela.

Na Câmara, o autor do requerimento de urgência para a tramitação do projeto, deputado Alessandro Molon (PSB-RJ), elenca diversos prejuízos ocasionados pelo contingenciamento. “Sem os recursos, muitas pesquisas são descontinuidas e pesquisadores acabam indo para o exterior. Assim, o contingenciamento compromete a estabilidade de um planejamento de política pública para o setor, além de estimular a saída de pessoas de alto valor agregado para a economia brasileira, gerando valor para outros países”, diz o parlamentar.

Em média, os países que compõem a Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE) investem acima de 2% do Produto Interno Bruto (PIB) em pesquisa e desenvolvimento. No Brasil, em 2017, esse percentual foi de 1,26%. “Somos a 9ª economia do planeta, mas só ocupamos a 62ª posição no *ranking* de inovação. Melhorar esse posicionamento é importante para o nosso desenvolvimento e também para sermos mais competitivos no mercado global”, explica Gianna Sagazio, da CNI.

## INCONGRUÊNCIA APARENTE

Uma aparente incongruência no atual sistema de financiamento é que, com orçamento tão reduzido, ainda sobrem recursos não investidos ao final de cada ano. Segundo o senador Izalci Lucas, a explicação para essa distorção está na forma como o dinheiro é disponibilizado. “Muitas vezes, o pouco recurso que é liberado não é executado porque sua liberação se dá ou a conta-gotas ou já no final do exercício, sendo impossível sua execução. Assim, devido à natureza contábil do fundo, esses recursos voltam para o Tesouro Nacional. Ao transformá-lo em um fundo financeiro, os recursos não executados não voltam para o Tesouro e podem ser aplicados no ano seguinte”, esclarece o senador.

Em declaração citada na justificativa do projeto de lei, o presidente da Financiadora de Estudos e Projetos (Finep), Waldemar Barroso, afirma que, se o FNDCT tivesse sido transformado em fundo financeiro há 10 anos, mesmo com todos os contingenciamentos, hoje o saldo acumulado seria de R\$ 45 bilhões, ante os R\$ 9 bilhões que estão em caixa. “No modelo atual, os recursos contingenciados voltam para o Tesouro e o setor científico fica na mão”.

Em reunião da Mobilização Empresarial pela Inovação (MEI) ocorrida no final

de setembro, o secretário de Empreendedorismo e Inovação do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações (MCTI), Paulo Alvim, apresentou o que deve ser uma política de longo prazo para o setor: a *Estratégia Nacional de Inovação*. Entre as diretrizes do documento estão a otimização da alocação de recursos governamentais e o estímulo ao aumento da participação do setor privado nos investimentos em inovação.

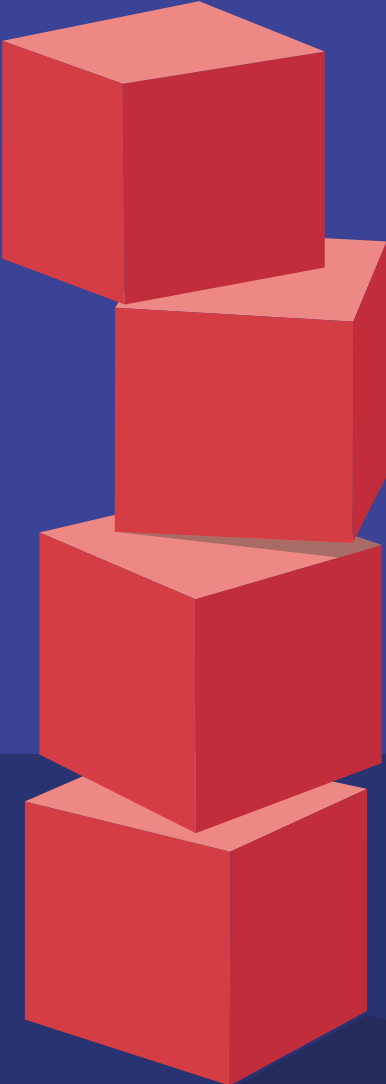
## IMPACTOS

Na economia global do século 21, os países têm agregado valor aos seus produtos e serviços com inovação. É esse valor agregado que viabiliza a ampliação de mercados e gera uma dinâmica que resulta em benefícios socioeconômicos como a geração de renda e a criação de empregos.

Para chegar lá, contudo, é preciso que o país possua uma política pública de longo prazo e robusta. Segundo Gianna Sagazio, “a inovação é sistêmica e depende de várias coisas como o ambiente regulatório, a desburocratização e a qualidade da educação em todos os níveis. O Brasil não prioriza ciência, tecnologia e inovação, bastando ver os orçamentos dos ministérios pelos quais essa agenda perpassa. Só que a gente precisa de inovação até para vender *commodities*”.

Já a popularização da importância da ciência e da inovação está entre os caminhos defendidos pelo senador Izalci Lucas. “O brasileiro precisa entender que temos excelentes cientistas, pesquisadores e uma nova geração de inovadores, mas, sem apoio e incentivo, ficamos restritos aos artigos científicos e não evoluímos nas descobertas e na produção própria de bens e serviços. Assim, vamos continuar exportando matéria-prima e importando as nossas riquezas com valor agregado”, defende o senador. ■

# As regras atuais do FNDCT



Em torno de **80%** da arrecadação do FNDCT provém de contribuições do setor privado

A arrecadação do fundo cresceu **42%** entre 2008 e 2018

Apenas **34%** do valor arrecadado foi efetivamente aplicado

De 2014 a 2018, apenas **7%** do valor arrecadado foi empregado na forma não reembolsável

►  
“Temos a maior biodiversidade do mundo exatamente porque a protegemos”, diz o vice-presidente, que critica as *fake news* sobre o desmatamento e as queimadas na Amazônia



## “Brasil é o país que mais preserva no mundo”

VICE-PRESIDENTE DA REPÚBLICA E PRESIDENTE DO CONSELHO NACIONAL DA AMAZÔNIA LEGAL, HAMILTON MOURÃO DEFENDE AÇÕES IMEDIATAS PARA O DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO

Ex-comandante da 2ª Brigada de Infantaria de Selva, o vice-presidente Hamilton Mourão conhece como poucos a realidade e os desafios da Amazônia. Não só de uma Amazônia vegetal, reserva importante da biodiversidade do planeta, mas também de uma Amazônia humana. Esta, segundo ele, tem necessidades mais urgentes de desenvolvimento, que deem conta da inclusão social e da produtividade sustentável de comunidades que vêm ficando à margem do progresso econômico. Para o general da reserva, “o que precisamos agora é de ação”.

**O desenvolvimento socioeconômico da região amazônica é uma necessidade. Como**

**superar a dicotomia entre desenvolvimento e conservação?** Diversos modelos de desenvolvimento sustentável para a Região Amazônica já foram desenhados. A maioria leva em consideração as duas vertentes: desenvolvimento com conservação e sustentabilidade. O que precisamos agora é de ação. Os povos da região não podem mais esperar e o Brasil deve uma resposta a essas necessidades. Por isso, todas as ações em desenvolvimento visam ampliar as potencialidades da bioeconomia para as cadeias produtivas, propiciando inclusão social e produtividade sustentável das comunidades locais, aumentando os investimentos em pesquisa e desenvolvimento em biotecnologia e explorando a biodiversidade existente.

**Quais as dificuldades no enfrentamento à exploração predatória da Amazônia?**

Infelizmente a repressão tem sido uma constante dificuldade por falta de ações mais efetivas de prevenção. Estamos tentando, por meio do Conselho Nacional da Amazônia Legal, incentivar a criação de políticas públicas, a concepção e o desenvolvimento de projetos e ações que possibilitem maior controle, como a regularização fundiária, o plano diretor dos municípios, a continuidade do desenvolvimento da base cartográfica, o ordenamento territorial, entre outras ações que julgamos necessárias e que estão elencadas no Plano Estratégico do Conselho da Amazônia, em fase final de elaboração.

**Qual o papel da indústria no desenvolvimento sustentável da região amazônica?**

Tem papel fundamental, uma vez que tem os modelos de negócios, os instrumentos e os recursos necessários para a implementação de atividades industriais tão necessárias na região, com a exploração sustentável da biodiversidade lá presente.

**Questões ambientais têm sido utilizadas como justificativa para o entrave de acordos econômicos, como o que está para ser estabelecido entre o Mercosul e a União Europeia. Como o governo federal tem visto esses desdobramentos e quais têm sido as ações no sentido de mitigar esses impactos?** Difícil entender as motivações pelas quais parte da imprensa e dos chamados *influencers* brasileiros difamam tanto o Brasil no exterior, causando enormes prejuízos à imagem do país e de sua gente e ao seu desenvolvimento. Temos a preocupação de divulgar dados verdadeiros e estamos trabalhando para uma comunicação eficiente e abrangente.

**Recentemente o Brasil perdeu financiamentos internacionais voltados para a preservação da Amazônia. Qual o impacto disso na política nacional de proteção do bioma e o que tem sido feito para trazer esses recursos de volta?** Ações têm sido desenvolvidas no âmbito do Conselho Nacional da Amazônia Legal para reverter esse quadro. O Fundo Amazônia,

por exemplo, está em fase avançada de negociações para que o fluxo e a utilização de seus recursos sejam normalizados.

**O governo federal tem sido enfático ao afirmar que o Brasil é o país que mais protege o meio ambiente no planeta, mas essa não é a imagem que o país tem no cenário internacional. O que tem sido feito para reverter essa percepção?** O Brasil é o país que mais preserva no mundo, ponto. Trabalhamos com a verdade. A floresta amazônica tem cerca de 80% de sua integridade preservada. Convidamos o mundo a conhecer a Amazônia. A imagem do Brasil é difamada por aqueles que não têm compromisso com o país e com sua gente. A comunicação eficiente e verdadeira deverá ser o nosso instrumento de reversão da percepção negativa, logicamente com a melhoria contínua das ações na região.

**Em que medida o desmatamento, as queimadas e a exploração ilegal cresceram na região nos últimos anos? Essa percepção de que a preservação piorou condiz com a realidade?** Preferimos não trabalhar com “percepções”, mas com dados e os dados apontam uma redução e não um avanço nesse sentido. Precisamos combater as *fake news*, filmes montados, imagens antigas e às vezes de outras localidades fora de contexto. A guerra da narrativa e da comunicação será revertida.

**Especialistas são quase unânimes ao afirmar que a legislação ambiental brasileira é avançada, mas pouco aplicada. O senhor concorda com essa análise? O que falta para a sua efetiva aplicação?** Temos, sim, a legislação ambiental mais moderna do planeta. Estamos propondo o fortalecimento dos órgãos de controle para melhor desempenharem as suas funções na aplicação da lei.

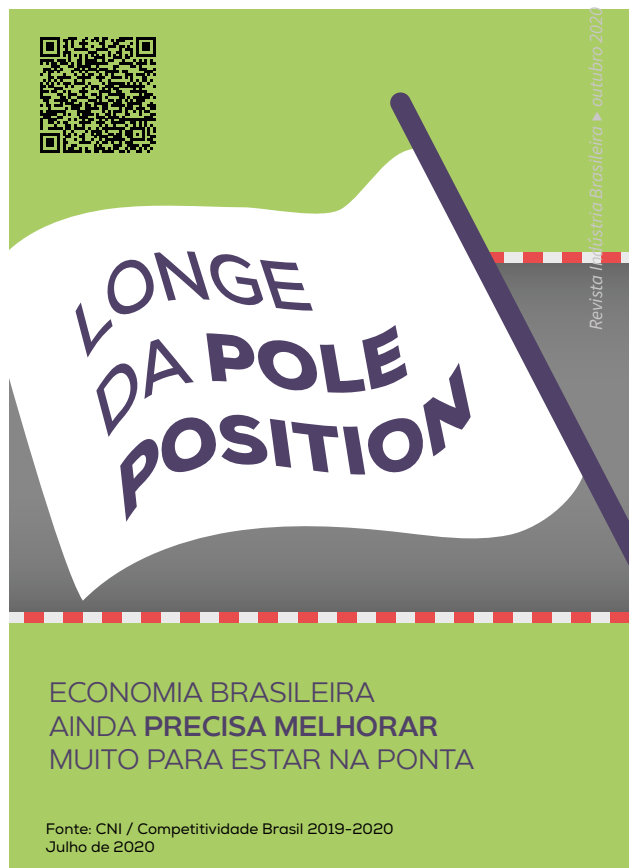
**Como o senhor avalia a atuação do Estado na proteção do bioma amazônico?** Estamos cientes das necessidades de melhoria nos processos de prevenção, mas temos a maior biodiversidade do mundo exatamente porque a protegemos. ■

# Em penúltimo lugar, mais uma vez

CUSTO BRASIL COLOCA O PAÍS NA  
17ª POSIÇÃO EM ESTUDO SOBRE  
COMPETITIVIDADE GLOBAL QUE  
COMPARA A ECONOMIA DE 18 PAÍSES

O Brasil ficou em penúltimo lugar no ranking *Competitividade Brasil 2019-2020*, uma publicação elaborada pela Confederação Nacional da Indústria (CNI). A posição, por si só, já é ruim. O que piora a situação é que o Brasil sempre fica no mesmo lugar desde que o relatório foi lançado, em 2010.

A publicação analisa o desempenho brasileiro em relação ao de outros 17 países com características similares ou que competem com o Brasil no mercado mundial. Os resultados reforçam a urgência de medidas em favor da competitividade. Na comparação com a edição anterior, o Brasil melhorou em algumas áreas, como na redução da burocracia e no aperfeiçoamento do

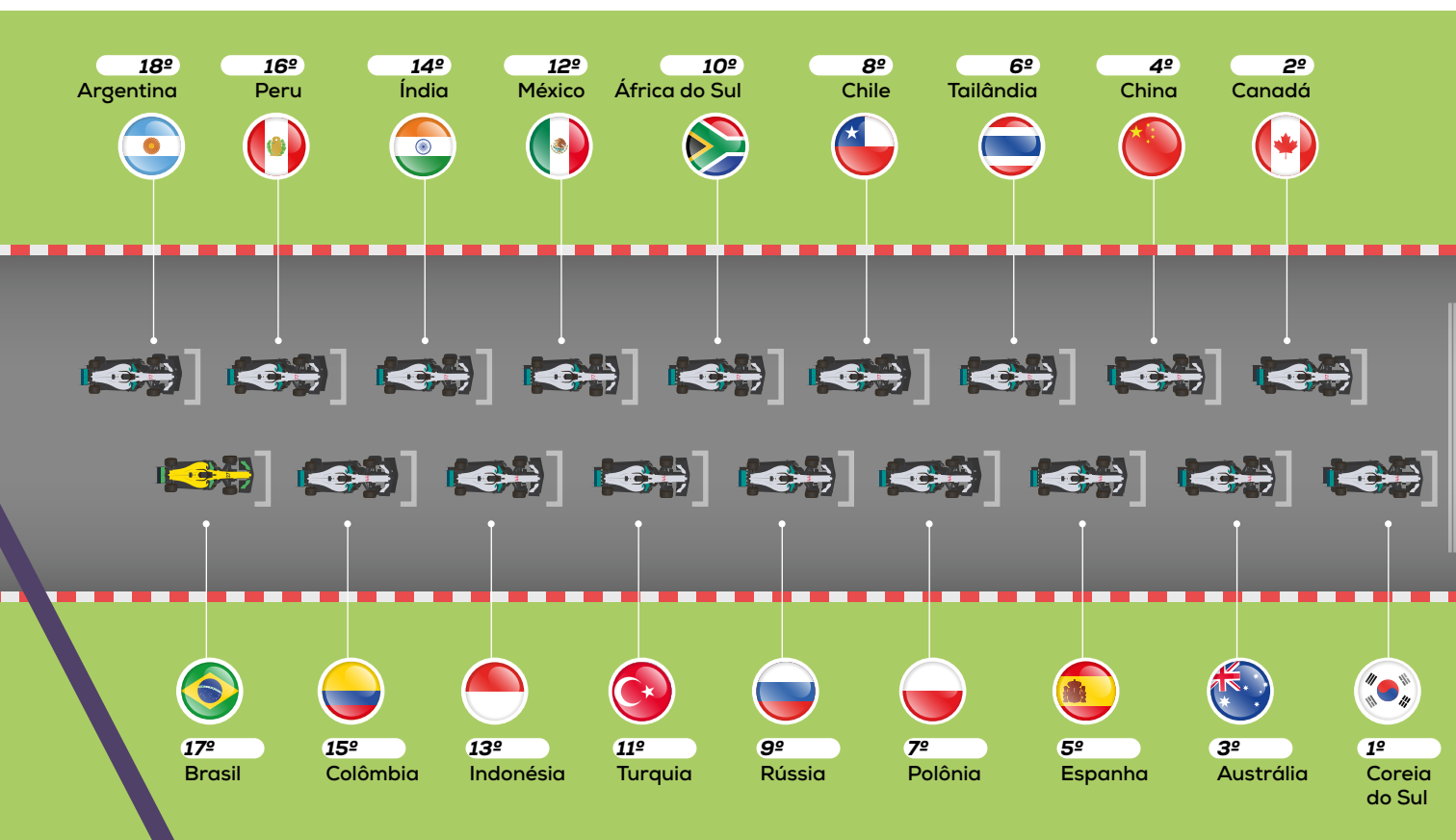


ambiente de negócios. Ainda assim, nossa posição não mudou porque os outros países também avançaram.

Para o presidente da CNI, Robson Braga de Andrade, não há tempo a perder. “Temos que nos empenhar mais para reduzir o Custo Brasil e aumentar a competitividade. Para chegarmos à posição de nação desenvolvida, precisamos de uma indústria que olhe para o futuro, sendo cada vez mais inovadora, global e sustentável”.

## DESAFIOS

Coreia do Sul, Canadá e Austrália lideram o ranking. O estudo analisa dez fatores de competitividade: ambiente macroeconômico,



ambiente de negócios, educação, estrutura produtiva, escala e concorrência, financiamento, infraestrutura e logística, tecnologia e inovação, trabalho e tributação.

E o Brasil não está entre os seis mais bem colocados em nenhum deles. Em seis dos nove fatores, o país está no terço inferior do ranking. A situação mais crítica é no fator financiamento. O Brasil apresenta a mais alta taxa de juros real de curto prazo (8,8%) e o maior spread da taxa de juros (32,2%). A segunda maior taxa de juros dentre os países analisados é a da Rússia, com 5,2%.

Outra luz vermelha aparece no painel da tributação. O Brasil é o penúltimo colocado, com o segundo maior peso dos tributos

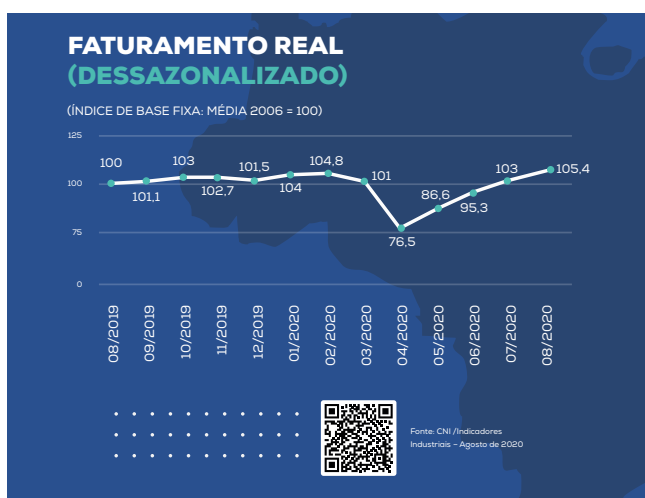
e o sistema tributário de mais baixa qualidade. Nossa carga tributária representa quase um terço do PIB (32,3%) e 65,1% do lucro das empresas, quase a mesma de países cuja renda per capita é cerca de duas vezes superior à brasileira, como Espanha (33,7%) e Polônia (33,9%).

O melhor desempenho do Brasil é no fator trabalho, o que se deve a uma característica estrutural do país e ao tamanho da sua oferta de trabalho. “Mas, devido às mudanças demográficas em curso, em que tanto a taxa de mortalidade como a de fecundidade são baixas, são os ganhos de produtividade que importam, e nesse quesito o país está mal comparativamente aos demais”, explica a economista da CNI, Samantha Cunha. ■

# Termômetro

## FATURAMENTO DA INDÚSTRIA CRESCER 38% DE ABRIL A AGOSTO

O faturamento real da indústria ultrapassou o patamar em que se encontrava no período pré-pandemia, após o aumento de 2,3% em agosto, na comparação com julho. Segundo a pesquisa *Indicadores Industriais*, da Confederação Nacional da Indústria (CNI), no acumulado desde abril, a alta do indicador é de 37,8%. O emprego registrou seu primeiro mês de crescimento no ano (1,9%) e todos os demais indicadores também avançaram no mês.



## INFLAÇÃO E DESEMPREGO DESANIMAM CONSUMIDOR

O Índice Nacional de Expectativa do Consumidor (INEC) da CNI ficou em 42,8 pontos em setembro, abaixo da média histórica de 46,1 pontos. Os consumidores da Região Sudeste são os menos confiantes (41,6 pontos), seguidos pelos do Nordeste (43). “Os consumidores estão pessimistas com relação à evolução futura dos preços, do desemprego e de sua renda”, avalia o gerente de Análise Econômica da CNI, Marcelo Azevedo.



### SAIBA MAIS:

Use o QR Code e tenha acesso à pesquisa diretamente no seu celular.



# Econômico

## MULTINACIONAIS BRASILEIRAS CONCENTRAM 24% DAS EXPORTAÇÕES

A participação das multinacionais brasileiras nas exportações totais do Brasil passou de 18% em 2001 para 21% em 2013 e 24% no ano passado. A conclusão é do estudo *Desempenho Exportador das Multinacionais Industriais Brasileiras - 2020*, elaborado pela CNI. Na maior parte do período analisado, as exportações das multinacionais cresceram a uma taxa média superior à da totalidade das empresas industriais.



## ALTA DO DÓLAR ACENDE SINAL AMARELO NA INDÚSTRIA

Pressionado pela desvalorização do real frente ao dólar, o preço dos insumos subiu 6,2% no segundo trimestre de 2020, aponta o *Indicador de Custos Industriais* da CNI. O resultado preocupa o setor, que, apesar dessa alta, viu os custos totais caírem 1,5%, puxados pelas ações do governo para reduzir os efeitos da pandemia. Para a CNI, o problema ficará ainda mais evidente assim que essas medidas perderem seus efeitos.



# Giro Brasil

## ► INDÚSTRIA GOIANA CRESCE 4% EM JULHO, MESMO COM A COVID-19

Dados divulgados em setembro pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) mostram que a produção industrial de Goiás cresceu 4% em julho, comparado ao mesmo mês de 2019. Para a Federação das Indústrias do Estado de Goiás (FIEG), os resultados caracterizam a recuperação e consolidação da produção no estado em 2020 e o crescimento no ano deve ser maior que o de 2019. O incremento foi puxado pelas indústrias de produtos farmoquímicos e farmacêuticos, alimentícios e de coque, derivados do petróleo e pelas indústrias de biocombustível.



Foto: Agência Brasil / Agência Brasil



## ► FUTURO DA ZONA FRANCA É DISCUTIDO COM BASE NA BIOECONOMIA

Uma videoconferência promovida pelo Tribunal de Contas do Estado do Amazonas (TCE-AM) debateu o futuro do modelo da Zona Franca de Manaus, criado há 53 anos para promover o desenvolvimento econômico da Amazônia Ocidental. A preocupação com o meio ambiente e a bioeconomia tiveram destaque. Para o presidente da Federação das Indústrias do Estado do Amazonas (FIEAM), Antonio Silva, entre os vetores para alavancar a bioeconomia estão a biotecnologia industrial, a produção primária e a saúde humana.



### ▼ PARAÍBA FORMA PRIMEIRA TURMA DO CURSO DE MARCENARIA SUSTENTÁVEL

A primeira turma do curso de marcenaria sustentável, realizado por meio do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) de Campina Grande, em parceria com o Instituto Alpargatas, concluiu os estudos no fim de agosto. Os 17 profissionais certificados serão multiplicadores do Instituto Alpargatas. O curso, iniciado em setembro de 2019, teve como objetivo oferecer os conhecimentos teóricos e práticos necessários para a confecção de móveis em pallets obedecendo a especificações, normas técnicas e critérios ergonômicos para utilização dos móveis.



### RONDÔNIA NO CONGRESSO LATINO-AMERICANO DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA

O professor Silvio Luiz Vichroski, do colégio SESI-SENAI-IEL de Vilhena, em Rondônia, representou o Sistema Indústria do estado no Congresso Latino-Americano de Educação Tecnológica, com o tema 2020: O Ano que antecipou o Futuro Tecnológico Educacional. O evento, realizado entre 30 de setembro e 2 de outubro, teve como objetivo provocar os gestores de educação para debater e apresentar a expertise em tecnologia educacional da Microsoft e da Big Brain, que alcançaram mais de 1,5 milhão de pessoas nos últimos meses.

### SESI TOCANTINS LANÇA WHATSAPP PARA ATENDIMENTO

Empresários industriais, trabalhadores da indústria, entidades parceiras e comunidade em geral podem, a partir de agora, acessar toda a programação de serviços e promoções oferecidos pelo Serviço Social da Indústria (SESI) de Tocantins de forma ainda mais fácil. Está no ar o Serviço de Atendimento ao Cliente – SAC Digital via WhatsApp (63) 99977-2310. O objetivo do SAC Digital SESI é estabelecer uma comunicação personalizada com seus clientes, proporcionando maior agilidade e proximidade com o público.

# SESI e SENAI aceleram o desenvolvimento do Brasil

A ATUAÇÃO DAS DUAS INSTITUIÇÕES VAI MUITO ALÉM DA FORMAÇÃO PROFISSIONAL, COM INICIATIVAS EM INOVAÇÃO, SAÚDE E SEGURANÇA DO TRABALHO

Ariel, Arthur e Rayane, três estudantes gaúchos do ensino médio, receberam medalha de bronze na *Olimpíada Internacional de Matemática da Ásia* em setembro. Também há poucas semanas, o baiano João Melo, 21 anos, conquistou uma bolsa de estudos no Bard College Conservatory of Music, em Nova York, uma das mais renomadas escolas do mundo. Do Rio de Janeiro, Leonardo Rodrigues, aos 25 anos, tem no currículo o título de melhor joalheiro do mundo, conquistado em 2015, é dono de sua própria marca e persegue o objetivo de levar seu trabalho para a maior festa do cinema mundial. “Minha próxima meta é ter a Meryl Streep usando uma joia minha numa cerimônia de premiação do Oscar”, conta.

Esses cinco jovens representam um pouco do que todos queremos para o Brasil: um país moderno, inovador e bem sucedido.

Um país com histórias de superação, de garra e que gera oportunidades para o futuro. O que o Ariel, o Arthur, a Rayane, o João e o Leonardo têm em comum é que todos estudaram no Serviço Social da Indústria (SESI) ou no Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI).

Há mais de sete décadas, as duas instituições atuam para que o futuro do Brasil seja cada vez mais promissor, como destaca o presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Robson Braga de Andrade. “Não há um único grande empreendimento implantado no Brasil nos últimos 70 anos que não tenha utilizado e se beneficiado dos serviços oferecidos pelo SESI e pelo SENAI. As duas instituições têm atuado em favor da qualificação da mão de obra, da produtividade e da competitividade da indústria, bem como da saúde, da segurança e da qualidade de vida de trabalhadores de todo o país”.

## INOVAÇÃO PARA CRESCER

O SENAI é um dos cinco maiores complexos de educação profissional do mundo e o maior da América Latina. Desde que foi criado, em 1942, já formou mais de 78 milhões de trabalhadores para 28 áreas da indústria brasileira em cursos que vão da iniciação profissional até a graduação e pós-graduação tecnológica. Só em 2019, foram 2,3 milhões de novas matrículas.

Essa contribuição tem tido reconhecimento importantes no exterior. A Organização das Nações Unidas (ONU) apontou o SENAI como uma das três instituições mais



► O projeto de Neto Porto, da Paraíba, conseguiu produzir pneus de carrinho de mão a prova de prego nas obras



importantes para o alcance do objetivo de assegurar educação de qualidade entre os países do Hemisfério Sul. Já a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) elogiou a metodologia do SENAI para manter seus cursos atualizados com as necessidades do mercado.

Além da formação de profissionais, o SENAI tem se destacado cada vez mais em outra área. A instituição tem feito o maior investimento em inovação, de maneira articulada, da história do país: R\$ 3 bilhões, com recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Essa linha permitiu estruturar uma rede nacional com 27 Institutos de Inovação, que realizam pesquisa tecnológica e desenvolvem novos produtos e soluções em parceria com empresas de todos os portes. Há,

ainda, 60 Institutos de Tecnologia com 1.200 especialistas que prestam serviços em áreas como metrologia, testes de qualidade e consultoria em processos produtivos específicos de diferentes setores.

O SENAI também estimula a inovação ao financiar projetos por meio da *Plataforma Inovação para a Indústria*, antes conhecida como *Editais de Inovação para a Indústria*. Desde que foi criada, em 2004, a iniciativa já selecionou mais de mil projetos inovadores, nos quais foram investidos mais de R\$ 711 milhões.

Um desses projetos foi o de Neto Porto, em Campina Grande (PB). Com a ajuda do SENAI e do Sesi, ele começou, do zero, a produção de pneus de carrinho de mão que não furam. Acostumado a trabalhar com diferentes materiais reciclados, foi com a

▲ Eventos como o 2º Festival Sesi de Robótica mostram a contribuição transversal do Sistema Indústria em educação, formação e inovação, entre outras áreas

ajuda da tecnologia do Sistema Indústria que ele ampliou os negócios ao criar um produto único no mercado. “No SENAI, eles criaram equipamentos específicos para testes do pneu de carga, vulcanização, rodagem e torção de eixo. Desenvolveram protótipos incríveis para o desenvolvimento em laboratório”, conta Neto.

## EDUCAÇÃO DE PONTA

O desenvolvimento de uma educação de excelência voltada para o mundo do trabalho e o aumento da produtividade pela oferta de soluções integradas em segurança e saúde para empresas são os principais desafios do Serviço Social da Indústria (SESI).

A instituição possui, atualmente, 642 unidades fixas, sendo 526 escolas e 116 unidades de vida saudável, além de 518 unidades móveis. Apenas em 2019, foi quase 1 milhão de matrículas em educação básica e continuada.

Projetos muito bem sucedidos, como o de robótica, mobilizam dezenas de milhares de estudantes em todo o Brasil e possibilitam grandes transformações nas vidas dos alunos. Desde 2006, o SESI conta com a robótica

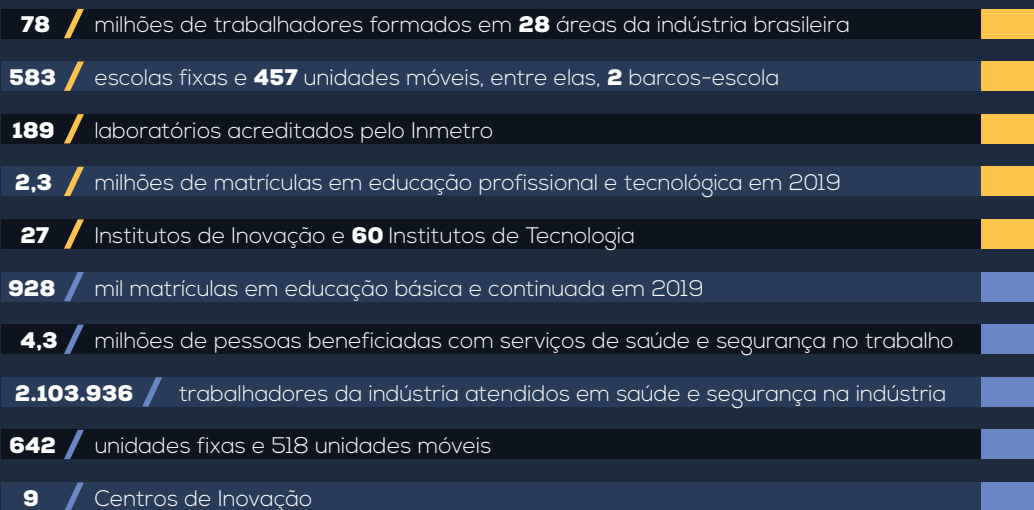
educacional em sala de aula e, desde 2013, promove torneios regionais e nacionais.

“Os alunos que participam da robótica ficam muito mais preparados para o mercado de trabalho, aprendem a lidar com projetos, a discutir, a falar e a trabalhar em equipe. Isso transforma a vida deles e é extremamente importante para a construção de um país com mais tecnologia e riqueza”, explica Paulo Mól, diretor de operações do SESI.

Além de uma grande rede de ensino, o SESI conta, ainda, com nove centros de inovação que desenvolvem soluções em Saúde e Segurança no Trabalho (SST) com alto valor agregado para atender às necessidades da indústria brasileira. As unidades de pesquisa aplicada tratam de tecnologia para a saúde, higiene ocupacional, fatores psicossociais e longevidade, entre outros.

Dentre as tecnologias desenvolvidas há, por exemplo, aplicativos para monitorar o estresse do trabalhador, plantas que reduzem a quantidade de formol no ar das indústrias e softwares que mapeiam riscos em ambientes de trabalho antes mesmo de uma planta industrial sair do papel. ■

## SENAI E SESI EM NÚMEROS





▲  
**TÂNIA REIS**  
presidente do grupo Serpa

## pode contar

---

Quando decidimos pela Internacionalização há 15 anos, o tema em MG era bem tímido. Nos sentimos pressionados pelas multinacionais que chegavam no Brasil, que cada vez mais ocupavam os nossos espaços como agente de carga. A nossa visão foi a Internacionalização na China com foco em busca de fornecedores para conseguir boas negociações, criar alianças e proporcionar segurança nas relações comerciais entre as partes. A entrada no Fórum das Empresas Transacionais (FET) desde 2018 representou um dos grandes avanços para nós no contexto nacional e aumentou a nossa visibilidade no mercado. A internacionalização foi fundamental para a empresa minimizar os impactos e atravessar a crise. ■



▲  
Titular da Cátedra Sérgio Henrique Ferreira da USP – Ribeirão Preto e membro do Conselho Nacional de Educação (CNE).

# O ensino médio é, ainda, o maior desafio

por MOZART NEVES RAMOS

Na edição de 2019 do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb), a melhor notícia veio dos resultados do ensino médio por causa da evolução positiva, entre 2017 e 2019, de todos os estados da federação, considerando os resultados das redes públicas estaduais.

Nesse contexto, quem mais evoluiu foi o Paraná, com um crescimento de 0,7 ponto, mas, ainda assim, insuficiente para alcançar a meta esperada. Como em 2017, apenas Goiás e Pernambuco alcançaram as metas previstas para 2019. Isso significa que o ensino médio tem ainda um longo caminho pela frente no que concerne não só à melhoria da aprendizagem, mas também à taxa de aprovação.

Antes mesmo da pandemia, cerca de 500 mil jovens abandonavam por ano o ensino médio. Considerando o *per capita*/ano de R\$ 6.300 reais investidos, tal abandono significa uma perda anual de R\$ 3,2 bilhões, sem falar no custo social. Isso porque quando o jovem abandona a escola nessa etapa da vida, em geral, não retorna e tende a engrossar a turma dos *nem nem* – nem estudam e nem trabalham. No Brasil, isso equivale a 11 milhões de jovens de 15 a 29 anos. A grande preocupação é com o crescimento desse número com a pandemia, pois muitos serão pressionados a deixar a escola para buscar complementação de renda familiar.

Entretanto, a boa notícia mesmo veio das escolas de tempo integral de ensino médio (EMTI), cujo modelo foi iniciado em 2004 em Pernambuco e hoje encontra-se disseminado em todo o território nacional. No Ideb de 2019, as EMTI confirmaram sua força e eficácia. Dados fornecidos pelo Instituto Sonho Grande mostram que a média nacional das EMTI foi de 4,7, enquanto a das de tempo parcial foi de 4,0. Em todos os estados, a nota das EMTI foi mais alta que a das de tempo parcial.

É importante lembrar que, de cada 100 egressos do ensino médio, apenas 25 entram na educação superior. Nesse cenário, apesar de ainda sofrer resistência, o ensino profissionalizante é uma alternativa que, muitas vezes, possibilita uma empregabilidade até maior do que a de cursos superiores.

Contudo, não basta ofertar o ensino profissionalizante. É necessária uma política que estimule essa formação ainda no ensino médio, em conformidade com a Lei 13.415/2017. Também é essencial que o Enem seja capaz de captar essa formação técnica do jovem, dando a ele a alternativa de estar preparado para uma universidade. Caso contrário, o ensino profissionalizante pode não ser uma opção atrativa para quem quer ter direito de escolha ao final do ensino médio em conformidade com o seu projeto de vida. ■



**Sabia que a macarronada  
que você come passou por  
diversas etapas até chegar  
à sua mesa?**

Da matéria-prima  
até você, são diversas  
etapas industriais que  
contam com as mãos  
de muitos brasileiros.

Um trabalho feito  
de pessoas para  
pessoas e que  
gera empregos,  
renda e crescimento  
para o país.  
Valorize e consuma  
produtos nacionais.

**Pelo futuro da indústria,  
pelo futuro dos brasileiros.**

[www.senai.br](http://www.senai.br)  
[www.sesi.org.br](http://www.sesi.org.br)

**SESI SENAI**

**PELO FUTURO DO TRABALHO**



*Confederação Nacional da Indústria*

**PELO FUTURO DA INDÚSTRIA**